

LINEY DE MELLO GONÇALVES

APAGAMENTO DE PREPOSIÇÕES DIANTE DE SINTAGMAS NOMINAIS  
TOPICALIZADOS E SENTENÇAS ENCAIXADAS : UM ESTUDO SIN-  
TÁTICO - SEMÂNTICO - PRAGMÁTICO

Dissertação para obtenção do  
grau de Mestre em Letras (Área  
de concentração: LINGUÍSTICA  
APLICADA AO PORTUGUÊS) pela  
Universidade Federal de San-  
ta Catarina.

Orientadora:

Prof.a Dr.a Maria Marta Furlanetto

Florianópolis

1983

## DEDICATÓRIA

À minha família, em especial a :

Meu pai, Carlos

Minha mãe, Edith (in memoriam)

Minha madrasta, Ana

Meu marido, Reynaldo

Meus filhos, Marcelo Augusto, Paula Cristina,  
Carla Renata e Fabiana.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu fé, saúde, família, professores, amigos e condições materiais que tornaram possível a elaboração deste trabalho.

À Prof.a Dr.a Maria Marta Furlanetto, orientadora amiga, pelo incentivo e disponibilidade com que impulsionou, muitas vezes à distância, este trabalho.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas e, em particular, ao Prof. Carlos de Aquino Pereira, pela concessão da bolsa de estudos, através da CAPES, que tornou possível a realização dos cursos de pós-graduação e da pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina.

Aos professores dos cursos de pós-graduação da UFSC, esforçados e conscientes de sua tarefa de formar pesquisadores e professores de 3º grau.

Ao Prof. Dr. Cidmar Teodoro Pais, meu professor-orientador no curso de pós-graduação da USP, por ter formado e desenvolvido minha consciência lingüística com suas brilhantes aulas e suas exigências de leituras e trabalhos.

Aos meus pais, pelo incentivo e ajuda espiritual e material em todos os momentos necessários.

Ao meu marido, pelo carinho, incentivo, apoio e fé em minha capacidade, bem maior que a minha própria.

À Márcia, segunda mãe de meus filhos, que repartiu comigo, durante estes anos de estudo, a tarefa de educá-los.

Aos meus filhos, pela paciência e compreensão com que suportaram uma mãe-professora-mestranda.

## R E S U M O

Este trabalho visa a analisar um fato observado na linguagem coloquial oral: o apagamento da preposição diante de sintagmas nominais topicalizados e de sentenças encaixadas sob os pontos de vista de algumas teorias sintático-semânticas de várias correntes lingüísticas ( tradicionalista, estruturalista, gerativo-transformacionalista e pragmatista) , construindo hipóteses alternativas de explicação do fenômeno.

## ÍNDICE

DEDICATÓRIA .....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	IV
ÍNDICE.....	V
I. INTRODUÇÃO.....	1
II. METODOLOGIA.....	4
III. CONCEITOS DE PREPOSIÇÃO E REGÊNCIA VERBAL	
3.1. Na Gramática Tradicional.....	6
3.2. Na Gramática Transformacional.....	15
3.3. Na Gramática Estruturalista.....	22
IV. TEORIA DOS CASOS	
4.1. Pottier.....	26
4.2. Fillmore.....	28
4.3. Aplicação da teoria dos casos.....	33
V. TOPICALIZAÇÃO	
5.1. Topicalização de SN.....	40
5.1.1. Na Gramática tradicional.....	40
5.1.2. Em Fillmore.....	41

5.1.3. Em Ghilardi (apud Ross, etc).....	44
5.1.4. Em Pontes.....	47
5.2. Topicalização de frases encaixadas	
5.2.1. Frases relativas.....	52
5.2.2. Frases substantivas.....	59
VI. PRAGMÁTICA	
6.1. Considerações gerais.....	62
6.2. Grice, Dascal.....	65
VII. CONCLUSÃO.....	71
NOTAS.....	76
BIBLIOGRAFIA.....	82
ABSTRACT.....	89

## Capítulo I

## INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um problema que nos tem chamado a atenção, inicialmente, na fala informal de pessoas das mais variadas classes sócio-econômica-culturais e das mais variadas faixas etárias e, depois, na língua escrita (redações) de nossos alunos do curso de graduação em Letras da PUC: o apagamento da preposição que introduz sintagmas preposicionados ou sentenças, em posição inicial de frase, como por exemplo:

- (1) Doce eu não gosto.
- (2) Este é o livro que eu menos gostei.
- (3) Eu não gosto que você fale assim comigo.

Não encontramos um número satisfatório de trabalhos desenvolvidos a partir da língua oral, seja em português, inglês, francês ou espanhol. Pelo que pudemos notar, a maioria das teorias básicas são adaptadas de outras línguas ao português padrão, formal, com exemplos "aprovados" pela gramática normativa, o que nos obriga ou a modificá-los ou a acrescentar regras às já existentes, a fim de explicar o fato que nos interessa aqui.

Por outro lado, é interessante notar que a explicação de vários fenômenos lingüísticos dada por vários lingüistas de épocas, origens e escolas diferentes, baseados na observação de suas próprias línguas, podem ser estendidas ao português, o que confirma as esperanças, se não da universalidade das regras lingüísticas, pelo menos de sua generalidade.

Dentre os trabalhos feitos em português que confirmaram nossa observação sistemática da língua oral, principalmente, destacam-se o de Eunice Pontes (1980), a respeito de topicalização e o de Cardoso, S.H.B. (1976). Esta última fez uma pesquisa de campo

com crianças não-escolarizadas e adolescentes escolarizados e não-escolarizados, apresentada como dissertação de Mestrado na PUCR com o título de O Processo de Relativização em Diferentes Registros do Português.

Os dados coletados das entrevistas atestam que a gramática das orações relativas do português padrão exige aprendizado e escolarização e, uma vez aprendida, é reservada ao uso formal da língua. A gramática que realmente domina na faixa dos entrevistados é a que a autora chama de agramatical do tipo 1, formada de frases em que a aparente gramaticalidade consiste na ausência da preposição antes do pronome relativo. (Pelo que temos empiricamente observado, se a autora estendesse sua pesquisa à fala descontraída de graduandos e graduados, obteria resultados semelhantes).

O trabalho de Pontes sobre topicalização, baseado principalmente em exemplos observados em sua própria linguagem oral e na de seus colegas, confirmou e estendeu as perspectivas deste trabalho, abrindo um campo para a discussão do processo de topicalização no português, ainda muito obscuro.

A não-aceitação da regra de inserção da preposição da teoria transformacional "standard" levou-nos à de Lakoff, Stockwell, Fillmore e outros, que nos pareceu bem mais lógica para explicar o que é chamada, na gramática tradicional, regência verbal. Como uma preposição, tão ligada ao verbo, que é apresentada como parte dele: "quem gosta, gosta de alguma coisa"; "quem paga, paga alguma coisa a alguém", pode passar a caracterizar o sintagma nominal complementador de sentido do verbo, constituindo um sintagma preposicionado ("objeto indireto") que se distingue de outros complementadores de sentido do verbo ("objeto direto" e "complemento circunstancial", para verbos de movimento)? Confessamos que sempre tivemos dificuldade em explicar logicamente este fato a nossos alunos.

Por outro lado, porquê, enquanto muitos verbos mantêm o mesmo significado, outros têm significação tão diferente que poderiam ser considerados itens lexicais distintos com o uso ou não da preposição ou de preposições diferentes?

Estas dúvidas levaram-nos à teoria dos casos de Fillmore que, embora apresente inúmeras dificuldades práticas para a sua adoção (como a classificação dos casos através de traços semânticos), é, em seus princípios básicos, a que responde mais claramente às questões acima, desde que associada à pragmática.

Não se concebe, hoje, um estudo lingüístico que não leve em conta o contexto verbal ou de situação e os interlocutores de um ato comunicativo. Sabemos, perfeitamente, que os graus de aceitabilidade das sentenças de uma língua depende das pressuposições comuns existentes entre os falantes. Só se chega à língua através dos atos de fala que devem, portanto, ser o ponto de partida da teoria lingüística, e não vice-versa. É preciso chegar às invariantes lingüísticas através das características extremamente variáveis e dinâmicas da fala, tarefa comparável à de compreender as regras de comportamento humano através da observação da psicologia individual de um número  $x$  de pessoas.

Ainda que seja uma tarefa de Sísifo, constitui-se em um exercício mental bastante satisfatório.

## Capítulo II

### METODOLOGIA

Para estudar o processo de cancelamento da preposição, buscaremos, em vários autores, de correntes lingüísticas diversas, partindo da abordagem tradicional, teorias sobre o sintagma preposicionado (SP) ligado ao verbo (objeto indireto ou adjunto adverbial), deixando de lado o estudo dos SPs ligados ao nome (substantivo ou adjetivo) dos tipos: "livro de Pedro", "construção da casa", "útil à sociedade".

Nosso estudo deverá seguir a seguinte seqüência:

- 1º) preposição: sua definição, classificação e inserção na estrutura de superfície a partir da estrutura de base.
- 2º) regência e sub-categorização verbal: através do Dicionário de Verbos e Regimes e de várias gramáticas tradicionais, faremos um levantamento, dentre os verbos classificados como transitivos indiretos (relativos) ou transitivos diretos e indiretos (transitivos-relativos), em número aproximado de 150, dos que mais freqüentemente poderiam sofrer o apagamento da preposição que introduz o objeto indireto ou "complemento circunstancial" quando topicalizado, dos que nunca o sofrem, dos que têm exatamente o mesmo significado com complemento preposicionado ou não, com a hipótese de que há alguma relação entre o apagamento da preposição de alguns verbos e a freqüência de seu emprego na língua oral.

Será feita também uma sub-categorização dos verbos que mais frequentemente sofrem o apagamento(30,aproximadamente),em relação aos casos que admitem(Fillmore),com a hipótese de que este fato ocorra apenas com alguns deles.

3º) topicalização:Como o fato a ser estudado acontece apenas em posição inicial de frase,procuraremos estudar este assunto, a fim de obter sua explicação mais razoável possível.O estudo da topicalização levar-nos-á a considerar também todas as frases encaixadas relativas e algumas substantivas(as que são normalmente precedidas de preposição).

4º) contexto: como o objeto de nossa dissertação se prende essencialmente à língua oral,ver-nos-emos obrigados a considerar o contexto verbal ou de situação em que a sentença foi enunciada.De- pois de estudar atentamente as principais teorias lingüísticas que procuram determinar o papel do contexto e dos interlocutores na decodificação da mensagem(pragmática),tentaremos estudar o nos- so problema à luz de algumas delas.

Na medida do possível,faremos uma revisão bibliográfica crítica de cada uma dessas partes,tentando integrar,em uma só explicação coerente e lógica,as várias teorias,aplicadas ao apaga- mento da preposição,em início de frase,na linguagem coloquial oral.

## Capítulo III

### CONCEITOS DE PREPOSIÇÃO E DE REGÊNCIA VERBAL

#### 3.1. Na Gramática Tradicional

Nos autores das gramáticas tradicionais, chamadas normativas porque visam sobretudo a prescrever, como modelo de língua para os falantes, atos de fala de pessoas que a usaram com propriedade e clareza, criando regras a serem seguidas em um português padrão, formal, encontramos definições que vão do nível - mais superficial de análise ao bem próximo das teorias lingüísticas mais modernas.

Começemos com o estudo das preposições:

BECHARA ( 1975:155 ) , além da definição e da divisão das preposições em essenciais e acidentais, acrescenta que " em vez de vir entre o termo subordinante e o subordinado, graças à possibilidade de outra disposição das palavras, pode vir aparentemente sem o primeiro. Exemplo:

<u>Por lá</u> todos passaram.	
subordinado	subordinante

Para CEGALLA (1977:175), "preposição é uma palavra invariável que liga um termo dependente a um termo principal, estabelecendo entre ambos relações de posse, modo, lugar, causa, etc". Diz ainda que "isoladamente, as preposições são palavras vazias de sentido, se bem que algumas delas contenham uma vaga noção de tempo e lugar."

ROCHA LIMA ( 1972:157 ) afirma que " é ofício das preposições subordinar um elemento da frase a outro, apresentando-se o segundo como complemento do primeiro" e que o conseqüente é sempre um substantivo (e as sentenças?). Divide as preposições em "fortes"- têm conteúdo significativo e "fracas" - expressam sentido de relação.

IUFT ( 1976) coloca que " a preposição é uma palavra gramatical com função subordinativa de regência". Segundo este autor, "são as preposições que caracterizam os substantivos como complementos e adjuntos: só dispensam preposição o objeto direto, o objeto indireto pronominal lhe e alguns adjuntos adverbiais de tempo. São as preposições vazias de sentido, palavras puramente gramaticais que regem os objetos indiretos."

CUNHA ( 1972:337 ) define as preposições como " palavras invariáveis que relacionam dois termos da oração, de tal modo que o sentido do primeiro ( antecedente ) é explicado ou completado pelo segundo ( conseqüente ). Faz um estudo mais completo das preposições baseado na teoria de Pottier que não nos interessa aqui. Afirma ainda que pode ocorrer um esvaecimento do conteúdo significativo em favor da função relacional pura. Costuma-se, neste caso, considerá-la um simples elo sintático, vazio de conteúdo notional. A sua carga semântica é maior ou menor dependendo do tipo de relação sintática que estabelece. Esta relação pode ser fixa, necessária ou livre.

Nas relações fixas, o uso associou de tal forma as preposições a palavras ou grupos de palavras que estes elementos não se desvinculam mais, esvaziando-se totalmente a função relacional

primitiva e o sentido da preposição. Exemplos: Rio de Janeiro, poder com ( = agüentar ).

Nas relações necessárias, as preposições ligam ao termo principal um conseqüente sintaticamente necessário: verbo + objeto indireto (" pertence a Deus"), substantivo + complemento nominal ( aquisição de geladeira ) , Verbo + adjunto adverbial necessário ("foi ao cinema") ,particípio + agente da passiva ("esmagados por ele"). Nestes casos, a função relacional das preposições sobrepõe-se ao seu conteúdo significativo.

Nas relações livres é que as preposições assumem totalmente seu conteúdo significativo, já que não são sintaticamente necessárias, como por exemplo em " Encontrar um amigo" ou "Encontrar - com um amigo, em que com = associação".

Como podemos observar, este estudo de Celso Cunha é bastante completo e não deixa muito a desejar se comparado às outras gramáticas "não tradicionais". A superficialidade de alguns gramáticos denigre, muitas vezes, a gramática tradicional no seu todo , tirando-lhe todo o valor como estudo das regras que permitem o funcionamento da língua, principalmente para os "recém-lingüistas" que , sem terem tido a oportunidade de conhecê-la mais a fundo , apressam-se a condená-la ao ostracismo "por seus erros", como se o mesmo não ocorresse com todas as outras teorias lingüísticas. A mim me parece , aliás , que o conhecimento da gramática tradicional é um pré-requisito para qualquer estudo lingüístico.

Vejamos o estudo de IUFT ( 1976) com relação aos verbos transitivos indiretos , que interessa mais de perto a esta pesquisa.

Segundo o autor, podemos distinguir dois tipos de verbos transitivos indiretos:

a) verbos como agradar, agradecer, falar, interessar, obedecer, pagar, perdoar, querer ( amar) , resistir, responder, etc que exigem a preposição a (para) e permitem aplicar o pronome lhe.

São semelhantes aos transitivos diretos: há um agente e um paciente; tão semelhantes são alguns deles que, popularmente, tendem-se a transformá-los em transitivos diretos, dando-se-lhes o objeto pronominal o : agradei-o , agradei-o , paguei-o (médico) , livro que a interessa , da amiga que muito a quer , respondeu-a ( à carta ) , etc. Por outro lado, ainda confirmando a parecença entre uns e outros, emprega o povo lhe com verbos transitivos diretos : não lhe encontrei , não lhe vi , eu lhe conheço, etc.

b) verbos que, completados com um sintagma substantivo regido obrigatoriamente de preposição, não admitem, normalmente, a passivação , nem pronome lhe , mas ele , regido de preposição: assistir, carecer, depender, desconfiar, duvidar, esquecer-se, gostar, incorrer, pensar, reparar, sonhar, concordar, conformar-se.

Os verbos transitivos diretos e indiretos regem dois objetos. Há duas classes : os de objeto indireto dativo ( a + SN → lhe) e os de objeto indireto locativo ou outros.

a) objeto direto e objeto indireto "dativo" - transformável em lhe e indicativo do destinatário ou beneficiário da ação verbal : dar , oferecer , presentear , entregar , entregar , enviar, remeter, dizer, responder, escrever, telefonar, etc.

b) I- verbos com objeto direto e objeto indireto locativo ( complemento adverbial de lugar ): colocar, meter, pôr ( alguma coisa em algum lugar), atirar, arremessar, jogar, etc.

II- verbos com objeto direto de pessoa e objeto indireto de coisa : avisar, informar, lembrar ( alguém de algo), arrepende-se (de), revoltar-se (contra), intrometer-se (em), etc.

III- verbos com dois "objetos indiretos", isto é , seguidos de dois sintagmas substantivos precedidos de preposição (selecionadas, regidas pelo verbo) : concordar com alguém em algo, discordar de alguém em algo, conversar, discutir com alguém sobre algo, subir, galgar, descer, ir (de...a...), perguntar a alguém por ..., mudar, passar, voltar de ... em/ para..., traduzir, verter de uma língua para outra, orar a Deus por..., participar com alguém de / em ..., ferrar, pregar com ... em ...

GREVISSE ( apud MEISEL 1972:221) confirma o que Luft afirmou:

" A distinção estabelecida entre o complemento objeto direto e o complemento objeto indireto é fundamentada mais sobre os hábitos da língua que sobre diferenças essenciais entre estes complementos"

MEISEL cita exemplos do francês e do alemão onde ocorre o mesmo fato:

" Je me rapelle cela.  
Je me rapelle de cela."

"sich auf jemanden besinnen.  
sich jemandes besinnen."

Falando de regência verbal, LESSA (1976) também se refere ao mesmo fato:

" O que torna embaraçosa esta matéria não é apenas o fato de , frequentemente, um mesmo verbo admitir diferentes construções, variando o seu significado, de acordo com a alteração de regência . É também, e sobretudo, uma tal ou qual facilidade que os verbos manifestam de, conservando o mesmo sentido, evoluírem quanto à regência, passando de intransitivos a transitivos ou de transitivos diretos a indiretos e vice-versa."

Podemos confirmar este fato através de exemplos de vários verbos estudados por gramáticos diferentes:

1) Verbo OBEDECER

CELSO CUNHA ( 1972:363):

"1º) Na língua culta moderna, fixou-se como transitivo indireto:

Ela queria ver se tu lhe obedecias. (José de Alencar)

2º) Admite, no entanto, voz passiva - reminiscência de seu antigo regime transitivo direto:

A senhora manda, e é obedecida. ( José de Alencar)

FERNANDES ( 1972:436) acrescenta:

" Não obstante condenado por alguns autores de boa nota, é comum encontrar-se nos clássicos antigos o verbo obedecer construído com objeto direto:

"Nem a Deus se podem perguntar os porquês: obedecê-los, sim, muda e cegamente."

( Vieira, Sermões, I, 257)

... com a voz passiva, porém, é construção universalmente aceita:

"Fazem com que sejam obedecidas as leis."

( M. Barreto, C. Persas, 172)"

Enquanto para ROCHA LIMA o verbo obedecer é usado intransitivamente, ou com objeto indireto ( com preposição ou pronome lhe(s) ), para CEGALLA (1977-323):

"Constrói-se modernamente com objeto indireto:

Os filhos obedecem aos pais.

Observações:

1º) Embora transitivo indireto, admite a forma passiva:

" Os pais são obedecidos pelos filhos"

2º) O antônimo desobedecer tem o mesmo regime.

3º) Autores modernos constroem o verbo obedecer também com objeto direto:

" Eu devia obedecer minha mãe em tudo".

( José J. Veiga)"

Com relação ao verbo VISAR, diz FERNANDES ( 1972:599)

" O verbo visar regeu sempre complemento indireto introduzido pela preposição a. Modernamente, porém, é comum dar-se-lhe objeto direto, qualquer que seja a sua acepção."

ROCHA LIMA ( p.415) também afirma:

"... 2- No sentido de ter em vista um fim, pretender, deve empregar-se de preferência com a preposição a, posto que se amiúdem, na linguagem contemporânea, os exemplos com objeto direto:

"... e, se por acaso visa algum bem, será unicamente o seu próprio bem."

( Rachel de Queiroz )

Quando o complemento for uma oração reduzida de infinitivo, há, no Brasil, forte tendência para suprimir-se a preposição."

Confirma CEGALLA ( pp. 327-8 ):

"... 2) Na acepção de ter em vista,pretender,objetivar,rege objeto indireto( preposição a )  
...Entretanto, mesmo nessa última acepção,não é sintaxe condenável dar ao verbo visar objeto direto,conforme o fazem escritores modernos:

" Oito dias depois,visando o meu completo restabelecimento,decidi seguir para o extremo norte."

( G. Cruls) "

e ainda CELSO CUNHA (p. 365):

"...2º) No sentido de ter em vista, ter por objetivo, pretender,pode construir-se:

a) com objeto indireto introduzido pela preposição a ...

b) com objeto direto ...

Esta última construção,condenada por alguns gramáticos, é a dominante na linguagem coloquial brasileira e tende a dominar também na língua literária, principalmente quando o complemento vem expresso por uma oração reduzida

de infinitivo.

" O ataque visava cortar a retaguarda da linha de frente."

( Euclides da Cunha )

Outros verbos poderiam ser acrescidos, como:

necessitar: " Podem os parentes exigir uns dos outros os alimentos que necessitam, para subsistir." ( Rui, Parecer, 199) , mas " O Pai de Famílias necessitava das jornaleiros para a vinha, os jornaleiros necessitavam do Pai de Famílias para a vida." ( Vieira, Sermões, I, 153 apud Fernandes, 432 ).

precisar: "significando ter precisão ou necessidade, ensinam alguns gramáticos que só se deve dar a este verbo complemento indireto, regido da preposição de, tachando de errônea a construção com objeto direto: Preciso dinheiro; Precisam-se empregados. Os fatos, porém, destroem esse tal modo de ver, e demonstram que a segunda maneira de construir é tão portuguesa quanto a primeira."

( FERNANDES, 471 )

"No sentido de ter necessidade, necessitar, constrói-se, indiferentemente, com objeto direto ou indireto, mas a língua hodierna tem preferência por este último complemento:

" Precisava fazenda macia, pulseiras de ouro."

( G. Ramos )

Nas construções em que precisar vem acompanhado de infinitivo, pode-se usar a preposição (de); a língua atual, porém, tende a omiti-la:

" Mas ele precisava tanto sair do seminário!"

( Machado de Assis )"

( CEGALLA, 324 )

assistir: "1º) Uma longa tradição gramatical ensina que este verbo é transitivo indireto no sentido de estar presente, presenciar. Com tal significado, deve o objeto indireto ser encabeçado pela preposição a....

... Na linguagem coloquial brasileira, o verbo constrói-se, em tal acepção, de preferência com objeto direto (assistir o jogo, assistir um filme) e escritores modernos têm dado acolhida à regência gramaticalmente condenada:

" Só a menina estava perto e assistiu tudo estarrecida." (Clarice Lispector)

CEGALLA (p. 318), ROCHA LIMA (p. 389) e FERNANDES (p. 103) apenas admitem este verbo, nesta acepção, como transitivo indireto, com a preposição a.

Além desses, as gramáticas e o dicionário de regimes verbais apresentam os seguintes verbos que, usados com ou sem preposição, têm a mesma acepção: abdicar, abjurar (renunciar), abranger, abreviar, acometer (investir contra), ajudar, aguardar, agradecer, aparentar, alegar, ansiar, anteceder, assistir (prestar socorro a alguém), atender, custar (ser difícil), deparar, dignar-se, interessar, investir (atacar), perdoar (pessoas), presidir, renunciar (abrir mão de), suceder, etc. (1)

Como podemos observar, autores de gramáticas tradicionais discordam entre si quanto à exigência ou não da preposição por determinados verbos, embora sejam unânimes em aceitar a regência de muitos deles.

Isto é perfeitamente explicado por Saussure ao definir a dicotomia diacronia / sincronia: a língua, como instituição social, utilizada por indivíduos que a transmitem de geração em geração principalmente por tradição oral, é dinâmica, está em constante evolução. Ao se isolar um fato lingüístico em uma

determinada faixa de tempo (a da pesquisa), encontrar-se-ão, em graus, alguns estáticos (com a forma anterior ou posterior confirmadas) e outros em fase de mudança (discordância quanto à regência de alguns verbos).

As nossas dúvidas, porém, continuam: como a língua determina se um verbo admite ou exige a presença da preposição? A preposição faz parte do significado do verbo ou não? Se não fizer, sob que condições é inserida na frase? Em qualquer hipótese, se ela relaciona um termo regido (subordinado) a um regente (subordinante), porque seu apagamento entre o verbo e o sintagma nominal pode tornar a frase agramatical (\*Eu não gosto doce), enquanto que o mesmo não acontece quando o sintagma é transportado para o início da frase (Doce eu não gosto.)?

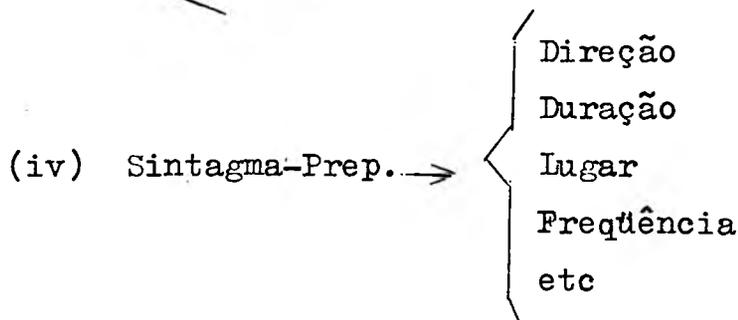
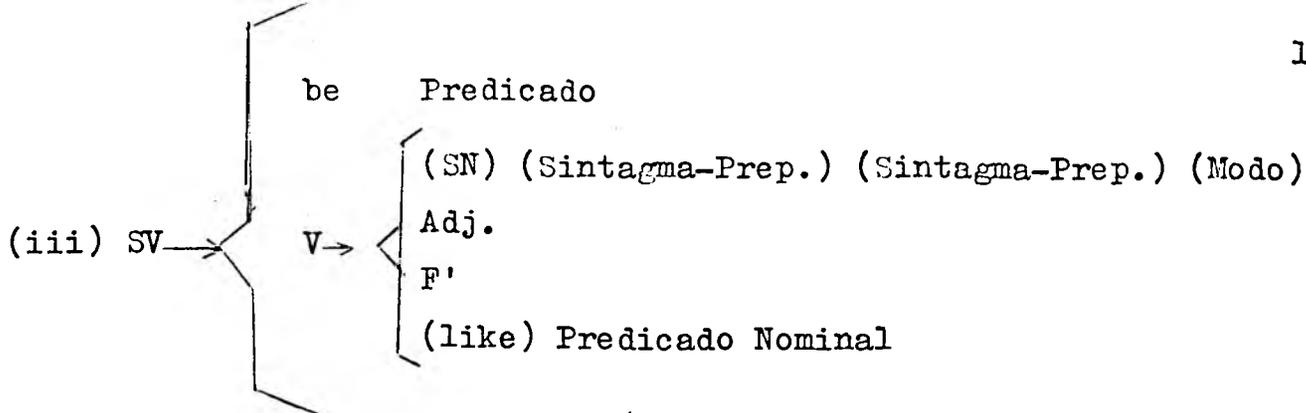
### 3.2. Na Gramática Transformacional

As explicações dadas pelos transformacionalistas da teoria padrão não chegam a dar uma resposta satisfatória a estas perguntas.

Falando sobre subcategorização verbal, CHOMSKY (1965: 188 e ss.), baseado no princípio de que, em construções do tipo Verbo - Sintagma Preposicional, podem ser observados vários graus de coesão, separa, na estrutura profunda, os sintagmas preposicionais indicativos de tempo e lugar, ligando-os ao sintagma predicativo, dos que estão em íntima associação com o verbo, que seria subcategorizado com relação a eles. De toda maneira, um ou outro tipo de SP estaria inserido na estrutura profunda da frase.

As regras da estrutura de base ficariam, então, assim:

- (i)  $F \rightarrow SN \widehat{\text{Sintagma predicativo}}$
- (ii)  $\text{Sintagma Predicativo} \rightarrow \text{Aux} \widehat{SV} \text{ (Lugar) (Tempo)}$



(v) V → SC

Chomsky faz uma distinção entre os sintagmas preposicionados que modificam ou o sintagma predicativo ou mesmo a frase inteira dos que modificam apenas o verbo. Os primeiros - servem para situar o processo expresso pelo espaço e tempo com relação a toda a sentença: (2)

(4) Às seis horas, ele saiu para se encontrar com Mário.

(5) Na faculdade, sua irmã não conversa com ninguém.

Em português, não existe a seqüência obrigatória de Lugar e Tempo indicadas na regra (ii):

(6) Depois do almoço, na repartição, o movimento é tão intenso que ninguém mais conversa.

(7) Na repartição, depois do almoço, o movimento é tão intenso que ninguém mais conversa.

Os segundos incidem apenas sobre o verbo, como se funcionassem como seu complementador de sentido (note-se que estão no mesmo nível do SN objeto):

(8) Ele correu para ela. (direção)

(9) Você deve tomar este remédio de hora em hora. (frequência)

(10) Amanhã devo ir à feira cedo. (3) (Lugar)

(11) Flávio treinou por quatro horas seguidas. (duração)

Chomsky deixa aberta a lista dos SP ligados ao verbo, deixando-nos sem a informação de como seriam definidos por ele os sintagmas preposicionados introduzidos por preposições sem conteúdo semântico, apenas relacionais, como:

(12) Esqueci-me de seu caderno!

Além disso, aqueles sintagmas preposicionados podem também, pelo menos no português, incidir sobre toda a frase:

(13) Durante toda a noite, ele não saiu de seu lado.  
(duração)

(14) A cada minuto, ela piscava os olhos nervosamente.  
(frequência)

(15) Às treze horas, com direção à Lua, foi finalmente acionado o foguete desenvolvido com tecnologia - totalmente brasileira. ( direção)

É também interessante notar que, nesta colocação, o Modo não se inclui entre os sintagmas preposicionados, quando, pelo menos no português, a frequência desta forma é muito alta:

(16) Com um sorriso forçado, Márcia se retratou publicamente. (incidência sobre a frase)

(17) Pedro reclamou com veemência de sua nota. (incidência sobre o verbo) (4) (5)

A partir de Chomsky, que falou da subcategorização estrita dos verbos, mas não se deteve no estudo das preposições que introduzem os vários tipos de sintagmas preposicionados, outros linguistas contribuíram para o esclarecimento deste fato lingüístico.

LAKOFF e seus seguidores, como Postal, por exemplo, assumem que certas preposições (as que têm conteúdo semântico), devem ser consideradas como verbos ou adjetivos na estrutura profunda, ou seja, devem ter sua própria entrada lexical. As outras estão inseridas na entrada lexical dos verbos aos quais estão vinculadas. Haverá, neste caso, uma regra transformacional pós-cíclica de soletração (inseção) da preposição diante do SN complemento dominado pela SV ("preposition spelling").

Uma outra regra apaga a preposição depois de certos verbos, no caso de objetos não-preposicionados ou no de não ocorrer a sua nominalização ("preposition deletion").

" Parece que há uma regra recente em Inglês que apaga preposições depois de verbos que não tenham sido nominalizados. É uma questão aberta se tais preposições aparecem na estrutura profunda das sentenças acima ou se elas são introduzidas por regras de soletração que as inserem antes da frase nominal objeto como uma espécie de marcador de caso." ( LAKOFF 1970:117)

JUDITH MAC A' NULTY , da Universidade de Québec, Montreal, (1973), distingue dois tipos de preposição: as que têm um sentido e são predicados na estrutura profunda, introduzindo um complemento circunstancial ( diante, per, etc) e as que ligam elementos de superfície, não tendo, portanto, propriamente falando, conteúdo semântico. Seu sentido varia, porque a mesma preposição introduz funções diferentes ( de, em, a, com, etc). Segundo esta autora, as preposições que não têm conteúdo semântico não figuram na representação subjacente da frase: são introduzidas por derivação, como resultado das operações efetuadas a partir de - uma estrutura semântica. A presença e a escolha da preposição devem estar previstas pela estrutura à qual uma operação é aplicada. Uma mesma operação aplicada a estruturas idênticas deve produzir as mesmas funções de superfície, precedidas das mesmas preposições.

Esta última afirmação é particularmente interessante para a nossa pesquisa, pois nega o que acontece com o sintagma - preposicionado em português quando é transportado para o início da frase, como em:

(18) Trabalhos ociosos está cheio por aí.

FILLMORE (1966,1968) considerava que havia preposições típicas ou marcadoras de caso que não precisariam vir especificadas no léxico, porque seriam predizíveis por uma base geral, e atípicas, inseridas por transformação e escolhidas ou por seu próprio conteúdo semântico ou por propriedades sintáticas e / ou semânticas de certos nomes ou verbos (núcleos de sintagma). (6)

Mais tarde (1971), afirma:

"... toda vez que uma palavra específica é inserida como predicado na estrutura profunda, sua presença pode exigir certas modificações no resto da sentença. Exemplo típico é o que se costuma chamar de regência. No inglês, a operação consiste em associar preposições a SNs e complementizadores, a sentenças encaixadas e suas partes.... É certo, naturalmente, que muitos dos fatos sobre seleções particulares de preposições e complementizadores são especificados redundantemente por outros traços, independentemente motivados dos predicados ou são determinados pela natureza das relações casuais."

Fillmore aqui se mostra bastante indeciso com relação às preposições desprovidas de conteúdo semântico: elas fazem parte do item lexical do verbo ou são determinadas genericamente pelo caso que exigem e / ou aceitam?

MEISEL (1973) critica a colocação, sob o rótulo da categoria SP na teoria de Chomsky, tanto de "objetos indiretos" como dos mais variados tipos de construções adverbiais, como se fossem uma coisa só. Segundo ele, apenas deve definir-se categorialmente a noção de "objeto", deixando para o verbo a tarefa de decidir que espécie de relação superficial haverá entre ele e a frase nominal (SN) diretamente dominada pela frase verbal (SV).

De acordo com este autor, há dois tipos de adverbiais: o dominado pela sentença e o dominado pela SV. (7). Os do segundo tipo são, na estrutura profunda, apenas sintagmas nominais

objetos, assim como os objetos diretos e indiretos. A preposição que pode introduzir uns, mas não outros, não é determinada pelo SN, mas sim pela entrada lexical do verbo, que seleciona o tipo de construção sintática que admite e / ou exige.

Apenas as preposições dos adverbiais dominados pela S são mais ou menos independentes semanticamente e podem ter uma entrada lexical, seja sob o rótulo de Verbo, como sugere Lakoff, seja sob o de Preposição.

A maioria dos verbos pode aceitar um número quase ilimitado de preposições dos adverbiais do tipo Advb( de sentença):

- (19) Meu amigo trabalha -- por São Paulo  
em São Paulo  
na sua casa  
sob uma árvore  
desde as cinco horas  
durante cinco horas  
por dinheiro  
para sua sobrevivência  
com um martelo, etc

Nestes exemplos, enquanto o significado dos adverbiais depende basicamente da preposição, o do verbo absolutamente não se altera com a sua mudança.

No caso dos objetos indiretos e adverbiais do tipo Adv. ( de verbos), não há restrições seletivas relativas à preposição, que é escolhida pelo verbo e depende inteiramente dele:

- (20) Ele precisa -- de dinheiro  
 \* para o dinheiro  
 \* através do dinheiro

Ele precisa de -- dinheiro  
 saúde  
 amor

- (21) Eu vou -- ao cinema  
 \* através do cinema  
 \* pelo cinema

Eu vou	{	a	--	o cinema
		para		o clube
		em		a feira

Em muitos casos, o verbo permite apenas uma preposição, o que mostra claramente que ela é parte de sua entrada lexical.

STOCKWELL (1973) propõe a existência de uma regra para a inserção das preposições determinadas pelas exigências idiossincráticas da língua, fazendo, portanto, parte dos verbos e sendo obrigatoriamente inseridas diante dos SNs que as acompanham: é a distribuição da preposição ("preposition spread"), que toma este traço do núcleo e o associa ao nóculo preposicionado (caso de Fillmore). Estas preposições, por estarem intimamente ligadas ao núcleo, permanecem constantes nos nominais derivados - correspondentes, como por exemplo em: gostar de peixe → gosto de peixe. Voltaremos a este assunto no próximo capítulo.

Enquanto que para alguns dos autores estudados, as preposições são divididas em dois grupos:

a) as que se ligam ao verbo por um exigência idiossincrática de cada língua ( a, de, em, por, etc);

b) as que têm conteúdo semântico próprio e introduzem complementos circunstanciais (sob, diante, atrás, etc);

para outros, seguidores de Fillmore, haveria a seguinte divisão:

a) as que têm conteúdo semântico próprio ( escolhe-se sobre, sob, diante, etc para ser inserida diante do caso Lugar, por exemplo, como se escolhe falar de Pedro ou de Maria).

b) as que são determinadas pelos verbos, que regem idiossincraticamente uma preposição ( falar de, ir a, etc).

c) as que são simplesmente expressão do caso. Nelas não intervem nenhum conteúdo semântico além do do caso e nenhuma obrigação idiossincrática. ( por, para o Agente; de, para Origem, etc)

### 3.3. Na Gramática Estruturalista

MARTINET (1970) define as preposições como monemas (unidades mínimas significativas) gramaticais (indicativos de função gramatical), incluindo, na mesma classe, desinências, - conjunções subordinativas e pronomes relativos - amálgamas de um monema funcional e de um pronome. São chamadas monemas funcionais por terem o papel de indicar a "relação entre um elemento da experiência e a experiência global". Têm uma função não-primária na frase ( as primárias correspondem às relações constitutivas dos elementos que se ligam ao enunciado como um todo, como por exemplo as que se estabelecem entre os seguintes elementos deste enunciado: (1) ontem -- (2) o diretor do banco -- (3) ditou --(4) uma carta de quatro páginas -- (5) ao secretário que mandara chamar.) (8)

Segundo este autor, as necessidades de comunicação determinam a escolha inicial de um esquema particular de enunciado que, por sua vez, atua na escolha do monema funcional. Assim, a possibilidade do emprego de um ou de outro monema funcional é geralmente determinada por elementos externos ao sintagma autônomo de que faz parte. Algumas proposições podem comportar um complemento no dativo, outras não, por exemplo.

A adjunção dos monemas funcionais a um sintagma, dentro de uma frase, garantem-lhe uma certa liberdade posicional ( passa a ser autônomo), por marcar a sua relação de subordinação a outro monema naquele contexto. (9)

Em POTTIER, AUDUBERT e PAIS ( 1971), as preposições são chamadas relatores e de finidas como morfemas gramaticais que apresentam os actantes objetos: O<sup>2</sup> (destinatário), geralmente marcados por um par fundamental de relatores, distinguidos pe-

pelo ponto de visão: a indica perspectiva, aproximação, referência posterior: fala a Maria; entrega a João; de indica retrospectiva, afastamento, referência anterior: falou de Maria, recebeu de João; O<sup>3</sup> (beneficiário); O<sup>4</sup> (agente do passivo) e os circunstanciais, cujos relatores distribuem-se também nestes dois grupos: antes e depois da referência, como por exemplo em a /em : " verbas no ensino técnico"(retrospectivo) e " verbas ao ensino técnico" (prospectivo).

A transitividade, aptidão dos morfemas lexicais para a complementação da actância ("conjunto de tipos de relações que existem entre os actantes ou participantes de uma relação predicativa"), apresenta-se de forma contínua, em graus: ausência de transitividade, transitividade muito fraca ( andar duas quadras), transitividade com possibilidade de economia do objeto (come, come o queijo) e transitividade praticamente obrigatória do objeto (fraturou a perna).

Os verbos são classificados por sua valência, ou seja, o tipo de realização de actantes que toleram normalmente.

POTTIER (1970) faz uma afirmação que interessa mais de perto à nossa pesquisa: (p. 59)

" A lexia verbal pode levar consigo um relator, sendo o SN seguinte considerado como objeto."

Define lexia como a unidade lexical memorizada, dizendo que as lexicalizações supõem uma combinação freqüentemente realizada no discurso. (10)

Em (1978:122), POTTIER chama de módulo casual o conjunto dos elementos ligados e memorizados como tais na competência, distinguindo-os dos que estão fora do lexema verbal. No exemplo " Ele foi a Paris no Natal", há um liame semântico entre ir e a Paris que não existe entre o verbo e no Natal. O autor dá ainda alguns exemplos:

ACU            ler um livro  
 ACU, DAT    pedir algo a alguém  
 ACU, FIN    levar alguém a fazer algo

LOC	ir a algum lugar
ACU, LOC	tirar algo de algum lugar
LOC, DAT	falar de algo a alguém
ACU, CUS	elogiar alguém por algo (11)

DUBOIS (1969:170) distingue dois tipos de preposição: umas ( a, de) implicam apenas a primeira relação entre os constituintes da frase mínima, enquanto as outras instituem sempre uma dupla relação entre as unidades que entram na frase realizada (estrutura de superfície) e as que entram nas frases da estrutura profunda. Em termos de estrutura de superfície, as preposições do primeiro tipo são morfemas não-autônomos que correspondem, na estrutura profunda, a afixos nominais, como são afixos verbais os acrescentados à raiz para lhe dar marcas de aspecto, tempo, número e pessoa.

Esta definição aproxima as preposições das desinências casuais, reservando-lhes dois papéis: o de marcadores diferenciais de função na frase mínima (1º tipo) e o de morfemas indicadores de transformação (2º tipo).

A posição de Dubois de unir, semanticamente, as preposições do 1º tipo aos sintagmas nominais, considerando-os seus afixos, na estrutura superficial e morfemas não-autônomos na estrutura profunda não nos convence, porque, como afixos, as preposições teriam presença obrigatória diante do sintagma nominal e nossa pesquisa trata justamente de casos em que elas são apagadas.

Para TESNIÈRE (1953), uma frase é composta de núcleos unidos pela conexão, que lhes dá a função estrutural. O verbo constitui o núcleo central (tem função nodal), ou seja, é comum a várias conexões. Os verbos são classificados de acordo com a sua valência ou capacidade de reger zero, um, dois ou três actantes. Tesnière diferencia, portanto, a preposição que caracteriza o actante e aparece junto a ele no estema, da que se constitui em um translativo, palavra que faz outra sofrer uma trans-

formação : mudar de classe.

A teoria de Tesnière confirma a de Dubois de subdividir as preposições sem conteúdo semântico em duas: as que <sup>deixam</sup> introduzem um núcleo actancial do verbo, sendo determinadas por ele, e as que são utilizadas como instrumentos da transformação de palavras, fazendo-as mudar de função dentro da frase.

### Conclusão

Como vimos, os lingüistas chegaram todos, de uma maneira mais ou menos próxima, a concluir que existem dois tipos básicos de preposição : com conteúdo semântico e sem conteúdo semântico. Estas últimas são divididas, geralmente, em duas sub-classes: as que se ligam diretamente ao verbo por serem idiossincraticamente determinadas por ele e as que desencadeiam uma transformação.

Na nossa opinião, entre estas últimas e as do primeiro tipo há uma faixa ou graus de distinção, já que em:

(22) Ele devolveu o livro de Raul.

a preposição de não tem conteúdo semântico - é apenas um translativo que transforma o substantivo Raul no adjetivo de Raul, enquanto que em:

(23) Júlio saiu com a namorada.

a preposição com, ao mesmo tempo que faz o substantivo namorada passar para a classe dos advérbios (translativo), tem um conteúdo semântico (= companhia) que caracteriza o caso comitativo.

De toda a maneira, interessa<sup>ção</sup> nosso trabalho apenas as preposições sem conteúdo semântico determinadas pelo verbo como parte de seu significado.

Por este motivo, torna-se-nos fundamental o estudo da transitividade e, portanto, dos objetos, complementos ou casos dos verbos, já que alguns deles, sendo obrigatoriamente introduzidos por uma preposição depois deles, podem perdê-la ao serem transportados para o início da frase.

## Capítulo IV

### A TEORIA DOS CASOS

#### 4.1. POTTIER

Enquanto que, para Tesnière, os actantes são no máximo em número de três, pois todos os outros elementos da frase sofreriam o que ele chama de translação, segundo POTTIER (1978: 126 e ss.), há onze casos conceituais encobrendo as zonas lógicas de actância. Estes casos são universais (" tendo uma definição conceitual, sua existência é colocada para todas as línguas. O que é específico é o meio de os manifestar: designância, ordem dos termos, anteposição, etc").

Ele os divide em três zonas:

I- zona central - actância primária:

NOMINATIVO (NOM) = relação atributiva

Ex.: Pedro é meu filho.  
           NOM          NOM

ERGATIVO (ERG) = agente, dotado de poder (termo da base)

Ex.: Pedro correu no bosque.  
           ERG



III- Zona de referência no espaço (E), no tempo (T) e no domínio chamado notional (N), ou seja, o que não é nem espacial nem temporal: LOCATIVO (LOC)

LOC (E): em Paris

LOC (T): no inverno; imediatamente

LOC (N): em silêncio; a pessoa que você encontrou.

O SOCIATIVO (SOC) é um caso à margem desta classificação. Ex.: Marcos saiu com Carlos.

Pottier não esgota, com esta lista, todos os casos, deixando-nos em dúvida sobre como classificar os SNs grifados nas frases:

(24) Preciso de roupas.

(25) Miriam não gosta de vinho seco.

Considerando-se precisar de e gostar de como lexias verbais, estes SNs complementos pertenceriam ao caso ACU ? De toda maneira, é relativamente simples localizar os casos segundo esta classificação, embora ela não seja totalmente satisfatória. (alguma o seria?)

#### 4.2. FILLMORE

Na linha dos gramáticos gerativistas, questionando a universalidade das regras de estrutura de base de Chomsky, Fillmore chegou à sua teoria dos casos, cujos principais pressupostos são: ligar, em estruturas profundas mais afastadas da superficial, fenômenos sintático-semânticos; considerar as funções de sujeito e objeto apenas no nível da estrutura superficial, introduzidas por transformação. As relações sintático-semânticas que os actantes mantêm com o predicado (um núcleo

verbal ou nominal) chamadas casos, têm características universais e se manifestam nas várias línguas sob formas casuais na estrutura de superfície (posição, preposição, desinências, etc).

Fillmore desenvolveu sua teoria em vários artigos (1966, 1968, 1971, 1977) onde estabelece, modifica, acrescenta ou subdivide os casos apresentados. Às vezes, traços lexicais diferem um caso de outro, embora eles devam ser de natureza puramente -relacional, ou seja, ter um valor semântico ligado a uma relação sintática.

Tiramos, das várias propostas de Fillmore, os seguintes casos: Agentivo, Causativo, Instrumental, Dativo, Receptivo, Objetivo, Resultativo, Origem (Fonte), Meta (Alvo), Comitativo, Locativo, Direcional, Temporal, que seriam resumidos, em 1971, a Agente, Experienciador, Instrumento, Objeto, Fonte, Alvo, Lugar e Tempo, definidos por ele da seguinte maneira:

**AGENTE:** representa o acontecimento causado. Fillmore diz ter sérias dúvidas com relação a este caso.

**EXPERENCIADOR:** é o agente dos verbos de acontecimento psicológico ou de estado mental.

**INSTRUMENTO:** é o caso da causa imediata de um acontecimento ou, se se trata de um predicado psicológico, o caso do estímulo, da coisa à qual se reage.

**OBJETO:** é a entidade que sofre o deslocamento ou a mudança (uma espécie de "fourre-tout"). Quando este caso é ocupado - por uma frase, ela pode exprimir, por exemplo, o conteúdo de um acontecimento psicológico, o que se tem com verbos de julgamento ou de imaginação. É chamado NEUTRAL por STOCKWELL.

**FONTE:** é o ponto de partida (Verbos de movimento).

**FIM:** é o caso usado com verbos que marcam uma transferência ou deslocamento de qualquer coisa em direção a uma pessoa. Serve para indicar o estado ulterior ou o resultado final de uma ação ou de uma mudança. Exprime também o papel de uma coisa que passa a existir como resultado final. Ex.: Eu escrevi um poema ou João deu uma flor a Maria.

Para os verbos psicológicos, o experienciador precede o instrumento e o objeto, sendo o primeiro a ser superficializado como sujeito na estrutura profunda. (12)

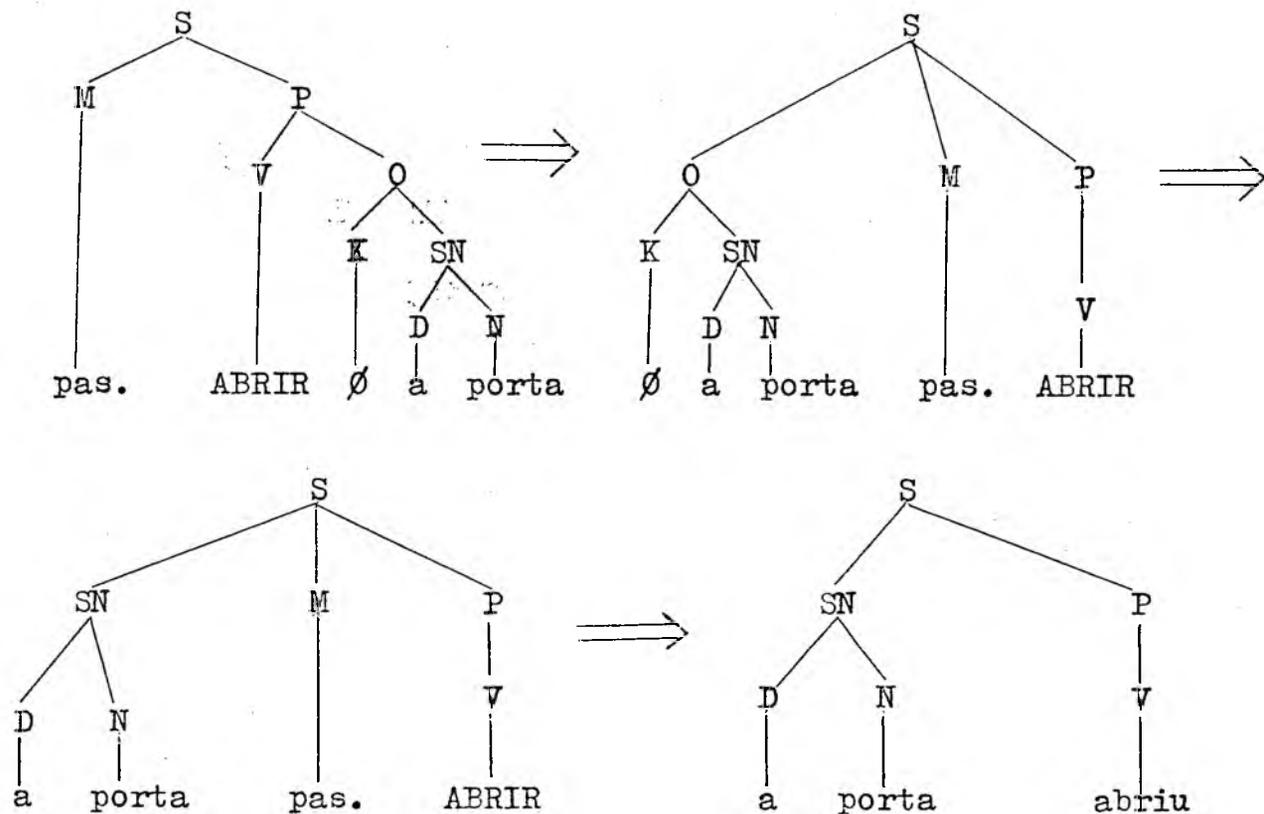
Na estrutura básica das sentenças estão a proposição, que pode ser constituída de verbos ou nomes e a modalidade, que representa os aspectos que afetam a frase como um todo, como : negação, tempo, modo, aspecto. Donde:

Sentença (S)  $\longrightarrow$  Modalidade (M) + Proposição (P)

O constituinte P é expandido como um verbo e um ou - mais casos. Nas entradas lexicais dos verbos deverá constar o conjunto de casos obrigatórios ou facultativos que ele admite.

Todas as categorias de caso são reescritas como K + SN, sendo K o elemento subjacente para a representação, na estrutura superficial, de preposições, posposições, afixos, etc, característicos das línguas particulares. (13)

Em uma frase como "A porta abriu", teríamos a seguinte seqüência de representação:



## OBSERVAÇÕES:

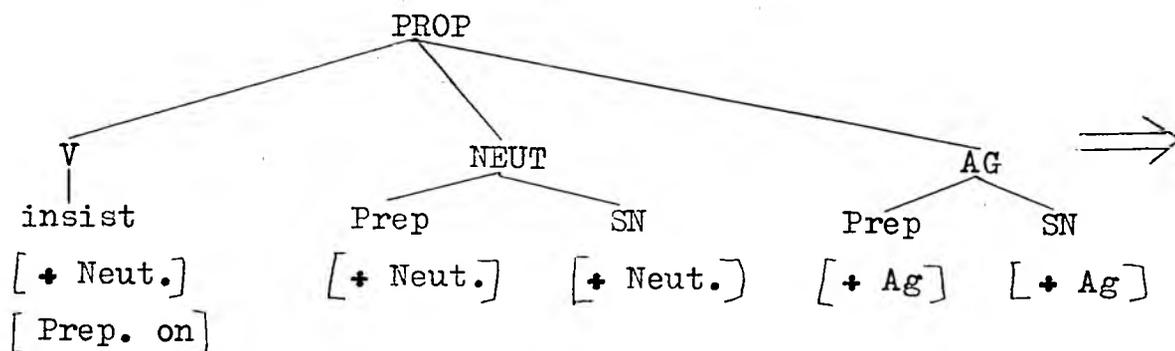
- a) Obrigatoriamente, uma das categorias de caso deve ser deslocada para o início da frase e assumir a função de sujeito na estrutura superficial, tendo a preposição do caso (se existir) cancelada.
- b) A regra de apagamento da preposição cancela o rótulo do caso e liga o SN diretamente a S.

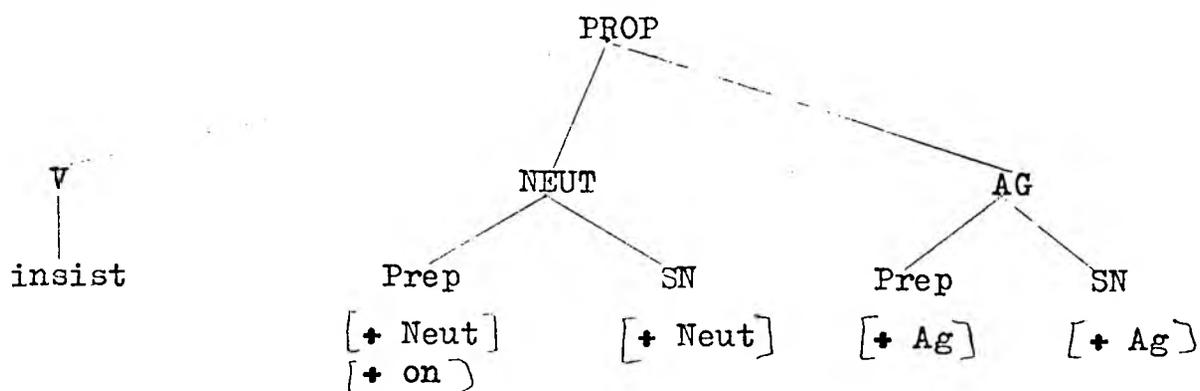
O sujeito da estrutura superficial é, portanto, "criado" por uma transformação de topicalização. Quanto ao objeto, FILLMORE (1968) diz:

" Os verbos são categorizados segundo o critério de cancelarem ou não a preposição da categoria de caso que se lhes segue, isto é, se tomam ou não um objeto direto" ( Nota 43 - p.309)

As etiquetas casuais fazem intervir traços e regras que dão conta das obrigatoriedades de reescritura ou de seleção. A categoria PREP e a categoria N recebem o traço casual correspondente ao nó casual que as domina. Assim, uma Prep. e um N constituintes do Agente se vêem afetados pelo traço  $[+ Ag]$ , o que permitirá estabelecer, por um lado, a escolha de certas preposições para cada caso, e por outro, as escolhas e obrigatoriedades para os nomes:  $[+ N + Ag] \rightarrow [+ animado]$ , por exemplo.

Partindo deste conceito de Fillmore, Stockwell propôs a existência da regra de distribuição da preposição já apresentada à página 21 desta dissertação. Ele exemplifica o funcionamento da regra da seguinte maneira:



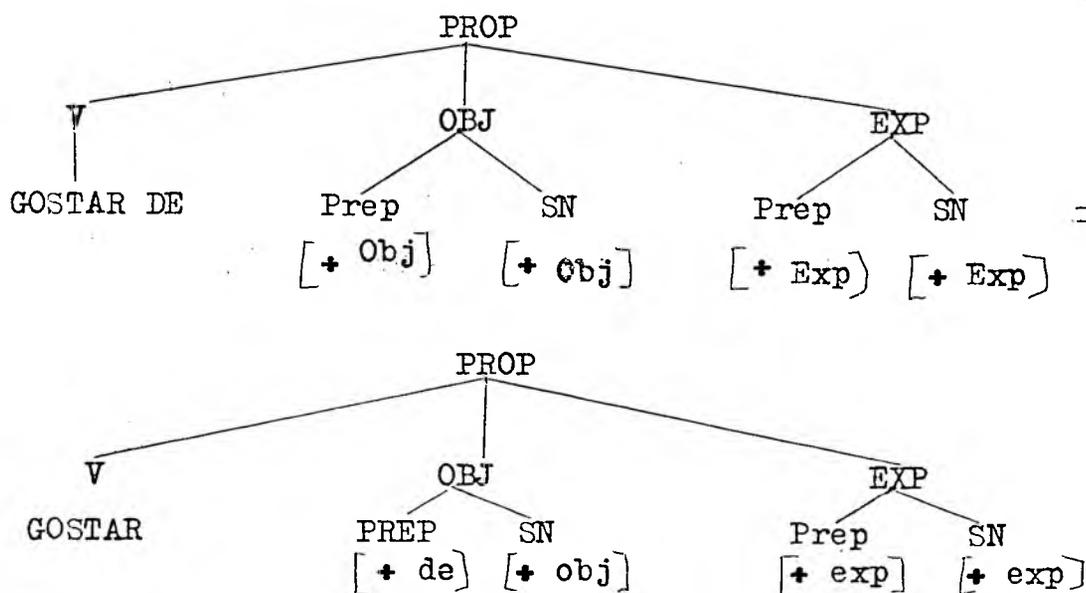


Portanto, é necessário que o léxico contenha, para todo item lexical passível de ocupar a posição de predicado na estrutura profunda, a especificação da preposição que exige - "por tradição lingüística", os casos que aceita e / ou exige e as preposições que deverão ser inseridas para introduzir cada caso na estrutura superficial. Além disso, conterà uma matriz morfo-fonológica, uma matriz sintática ( categoria a que pertence e contextos superficiais em que pode ocorrer) e, por fim, a especificação semântica.

Assim, teríamos, por exemplo:

GOSTAR DE
+ V
+ SN <sub>1</sub> --- SN <sub>2</sub>
casos: Exp , Obj
Prep. ∅ , ∅
ACHAR BOM

Usando a formalização de Stockwell:



Segundo Stockwell, a "preposition spread" ocorre:

I - quando há uma transformação de objetivação não-marcada, que só pode ocorrer com um núcleo verbal, quando existirem pelo menos dois actantes : ela toma o primeiro actante à direita do núcleo, apaga o nóculo casual que o domina e a) anexa a sua preposição ao SN, se a preposição for marcada e b) apaga o nóculo preposição, se ela não for marcada.

II - quando há uma transformação de objetivação marcada, ou seja, qualquer um dos casos da estrutura profunda transforma-se em OBJETO na estrutura superficial.

Como esta explicação para a relação verbo / objeto preposicionado pareceu-nos a mais lógica dentre as estudadas, vamos utilizá-la no decorrer deste trabalho, completando, eventualmente, suas falhas, com as outras.

#### 4.3. Aplicação da teoria dos casos

Procuramos aplicar a teoria dos casos à nossa pesquisa, com a hipótese de que haveria o apagamento da preposição com apenas alguns dos casos topicalizados.

Ao pesquisar os verbos que no português exigem ou admitem complemento preposicionado, encontramos:

a) verbos que têm exatamente o mesmo significado, com uso comprovado por exemplos, com ou sem preposição. (11)

b) verbos que nunca têm a sua preposição apagada quando o objeto indireto é topicalizado ( usados principalmente na língua coloquial culta): descender de; deparar com; conferenciar com; concorrer a, com ou em; comunicar-se a ou com; casar-se com; colaborar com, em ou para; alimētar-se de ou com; aliar-

se a ou com; ajustar-se a; entreter-se a, com ou em; esforçar-se em, a, por, para; zombar de, etc.

c) verbos que são sempre usados com preposição, com o significado indicado. Destes, selecionamos os que, na linguagem oral, poderiam ter a preposição apagada quando o objeto indireto fosse topicalizado.

Para classificar os casos segundo Fillmore (1971), decidimos dividir os predicados em dois tipos: psicológicos ou de estado mental ( P ) e não- psicológicos ( NP). Os primeiros admitem, basicamente, apenas dois casos: o instrumento, funcionando como estímulo e o objeto, como conteúdo de um acontecimento psicológico ( o que é tão abrangente que todos os verbos psicológicos o admitem). Os segundos admitem: instrumento (causa imediata), objeto ( deslocamento ou mudança), fim (estado ulterior ou resultado final - na nossa classificação o caso mais abrangente), agente (acontecimento causado por x), fonte (ponto de partida), lugar e tempo.

Apenas foram classificados, dos verbos aqui apresentados, os casos que, pelos exemplos levantados, podiam sofrer o apagamento da preposição quando topicalizados:

1) acertar em ou com (atingir o alvo) - NP

(26) No alvo mesmo eu nunca acerto.

FIM

O alvo mesmo eu nunca acerto.

2) abusar de ( usar mal de) - NP

(27) De remédios Miriam não abusa.

FIM

Remédios Miriam não abusa.

3) adaptar-se a (amoldar-se) - P

(28) A este meio eu decididamente não me adapto.

Obj

Este meio eu decididamente não me adapto.

4) agradar a (ser agradável) - NP

(29) Aos pais Norma agradava muito.  
Fim

Os pais Norma agradava muito.

5) antipatizar com (sentir antipatia) - P

(30) Com ela o professor antipatizou logo de início.  
Obj.

Ela o professor antipatizou logo de início.

6) atender a (dar atenção a) - NP

(31) Ao Rubens o advogado prometeu não atender mais.  
Fim

O Rubens o advogado prometeu não atender mais.

7) concordar em ou com (estar de acordo) - P

(32) Com isso eu não concordo de maneira alguma.  
Obj.

Isso eu não concordo de maneira alguma.

8) confiar em (ter confiança) -P

(33) Neste pneu você pode confiar.  
Obj.

Este pneu você pode confiar.

9) contentar-se com, de ou em (satisfazer-se) - P

(34) Com pouco dinheiro ninguém se contenta.  
Obj.

Pouco dinheiro ninguém se contenta.

10) cooperar para, com ou em (colaborar) - NP

(35) Com este governo não podemos cooperar!  
Obj.

Este governo não podemos cooperar!

11) desobedecer a (não obedecer) - NP

(36) Ao pai todos já desobedeceram um dia.  
fim

O pai todos já desobedeceram um dia.

12) consistir em (ser constituído por) - NP

- (37) Em que consiste o seu trabalho?  
 Fim  
Que consiste o seu trabalho?

13) depender de (estar na dependência) - NP

- (38) De carro felizmente eu não dependo.  
 Obj.  
Carro felizmente eu não dependo.

14) desagradar a (não agradar) - P

- (39) Ao tio Carla nunca desagradou.  
 Fim  
O tio Carla nunca desagradou.

15) duvidar de (não ter a certeza) - P

- (40) De seus conhecimentos todos duvidam um pouco.  
 Obj.  
Seus conhecimentos todos duvidam um pouco.

16) ensinar (alguma coisa) a alguém (dar instrução) - NP

- (41) Ao Júlio eu não ensino mais Português.  
 Fim  
O Júlio eu não ensino mais Português.

17) gostar de (apreciar) - P

- (42) De doçura eu gosto muito.  
 Obj.  
Doçura eu gosto muito.

18) implicar com (ter implicância) - P

- (43) Com este aluno Dirce não implica.  
 Obj.  
 Este aluno Dirce não implica.

19) insistir em ou com (obstinar, teimar) - NP

- (44) Nesta idéia você continua insistindo?  
 Fim  
Esta idéia você continua insistindo?

20) lembrar-se de (vir à memória) - P

- (45) Das chaves minha irmã se lembra.  
Obj.  
As chaves minha irmã se lembra.

21) pagar a (pessoa) - NP

- (46) A este médico eu não pago .  
Fim  
Este médico eu não pago.

22) pensar em (tencionar) - P

- (47) Em que você está pensando?  
Obj.  
Que você está pensando?

23) querer a (amar, ter afeto por alguém) - P

- (48) A meu irmão eu quero muito.  
Obj.  
Meu irmão eu quero muito.

24) responder a (dar resposta, replicar) - NP

- (49) Ao apelo dos necessitados devemos responder.  
Obj.  
O apelo dos necessitados devemos responder.

25) simpatizar com ( ter simpatia por) - P

- (50) Com esta causa jamais simpatizei.  
Obj.  
Esta causa jamais simpatizei.

26) suspeitar de (desconfiar) - P

- (51) De sua amizade Lúcia nunca havia suspeitado.  
Obj.  
Sua amizade Lúcia nunca havia suspeitado.

27) aspirar a (desejar,pretender) - P

- (52) A este cargo Marli sempre aspirou.  
Obj.  
Este cargo Marli sempre aspirou.

28) chegar a (atingir certo lugar) - NP

- (53) A que ponto você chegou!  
 Fim  
Que ponto você chegou!

29) contribuir para (concorrer para determinado fim)- NP

- (54) Para que sociedades beneficentes você contribui?  
 Fim  
Que sociedades beneficentes você contribui?

30) corresponder a (ser próprio, adequado) - NP

- (55) A esta reação sua ação corresponde.  
 Fim  
Esta reação sua ação corresponde.

31) estar em (achar-se em determinado lugar) - NP

- (56) Em que sala o professor está?  
 LUG  
Que sala o professor está ?

32) participar de ou em (tomar parte) - NP

- (57) Deste tipo de reunião eu detesto participar.  
 Obj.  
Este tipo de reunião eu detesto participar.

Porque nestes exemplos as preposições não são marcadoras de caso e sim simples exigências idiossincráticas dos verbos, a definição sintático-semântica do caso torna-se difícil, subjetiva e incerta.

Assim, considero mais lógico dizer que a maioria destes verbos tem uma ligação mais íntima com a preposição, formada por um hábito ou tradição associativa que gera um processo lento de lexicalização. Estes módulos casuais, como os chama Pottier, são, na realidade, lexias complexas (seqüência em vários graus de lexicalização) variáveis (composta de um quadro estável - o verbo e a preposição- e de uma zona instável - o SN) . O fato da lexicalização ocorrer em vários graus justifica o fato de muitos verbos admitirem ou não a preposição.(15)

Seja qual for o caso que forma um módulo casual com o verbo, ao ser topicalizado, destrói a seqüência lexicalizada, permitindo o cancelamento da preposição que o introduz, implícita no verbo por fazer parte de sua entrada lexical.

Mas afinal, o que vem a ser topicalização, tantas vezes já mencionada neste capítulo ?

## Capítulo V

### TOPICALIZAÇÃO

#### 5.1. Topicalização de SN

##### 5.1.1. Na Gramática Tradicional

Desde que desapareceram as desinências casuais latinas, a ordem dos termos na oração tornou-se fundamental para a definição de sua função. Assim, a gramática tradicional aceita como lógica e recomenda como certa a seqüência sujeito - verbo - objeto direto - objeto indireto, dando um pouco mais de liberdade aos adjuntos adverbiais.

Constituem-se, portanto, fatores estilísticos de realce de um termo da oração uma alteração qualquer em sua colocação usual. Como "figuras de linguagem", são considerados elementos marginais, aconselhados, com restrições, apenas na linguagem retórica e / ou literária. (16)

Segundo MATTOSO CÂMARA (1968), a ordem inversa constitui figuras de linguagem (sintaxe) como o hipérbato, anástrofe ou a sínquise, tornando a frase mais ou menos obscura pela violação da "ordem natural" das palavras na oração.

O anacoluto é definido por ele como tendo "o papel de pôr em relevo a idéia primordial que temos em mente, destacando-a como uma espécie de título do que vamos dizer." Afirma ainda que, apesar de ser hoje combatido pela disciplina grama-

tical, é um processo freqüente de construção de frase na língua oral coloquial. (p. 65)

ROCHA LIMA ( p. 454) afirma sobre o anacoluto:

" Quase sempre, o que determina o anacoluto é a colocação, no resto do período, do elemento de maior relevo psicológico. Nela se concentra por tal forma o nosso interesse, que não prestamos atenção à regularidade sintática e o deixamos valer por si, sem ligação com os demais membros da frase." (17)

Como veremos, estas definições estão relativamente próximas do que chamaremos tópico.

#### 5.1.2. Em Fillmore

A partir de Chomsky (1965:320), que afirma, na nota 32 do capítulo 2:

" Poder-se-ia sugerir que a relação Tópico-Comentário é a relação gramatical de base da estrutura de superfície, correspondendo (pouco mais ou menos) à relação fundamental Sujeito-Predicado da estrutura profunda. Podíamos assim definir o Tópico- da - Frase como o SN mais à esquerda imediatamente dominado por F na estrutura de superfície... e que é, além disso, uma categoria principal." (18)

houve, por parte de lingüistas, uma tendência a considerar a subjetivação como o principal tipo de topicalização.

FILLMORE (1968:332), por exemplo diz:

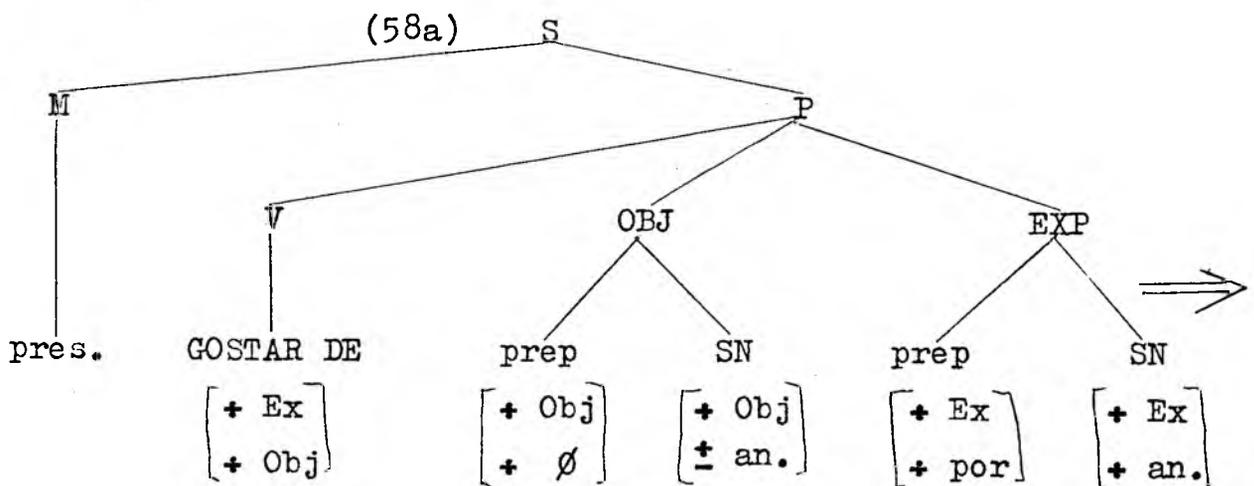
" O quarto critério (para a determinação das formas de casos) tem algo a ver com os processos de

topicalização, artifícios para se isolar um constituinte de uma oração como "tópico", para se colocar um determinado constituinte de uma oração em uma espécie de "foco". Onde a topicalização é diferente dos processos para se "ênfatizar" um constituinte, tem-se muito do que venho chamando de subjetivação, mas que agora passarei a chamar "topicalização primária".

A que nos interessa aqui é a topicalização secundária, marcada, motivada, em que um elemento da frase, em uma determinada elocução, passa a ocupar a posição do elemento mais à esquerda, sem dúvida para, através deste recurso sintático, chamar a atenção do ouvinte para o "tópico".

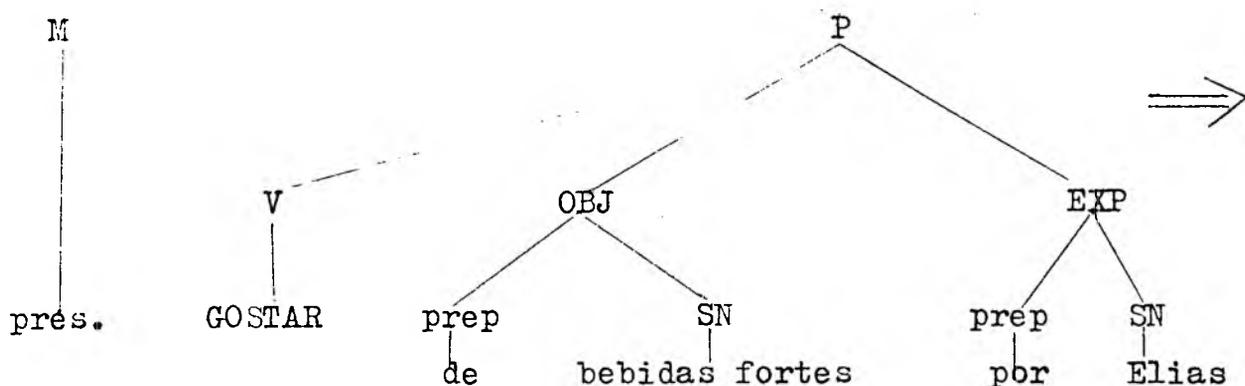
Assim, adaptando os conceitos de Fillmore, Stockwell, à nossa pesquisa, teríamos a seguinte explicação, em representação formal, da frase:

(58) De bebidas fortes Elias não gosta.

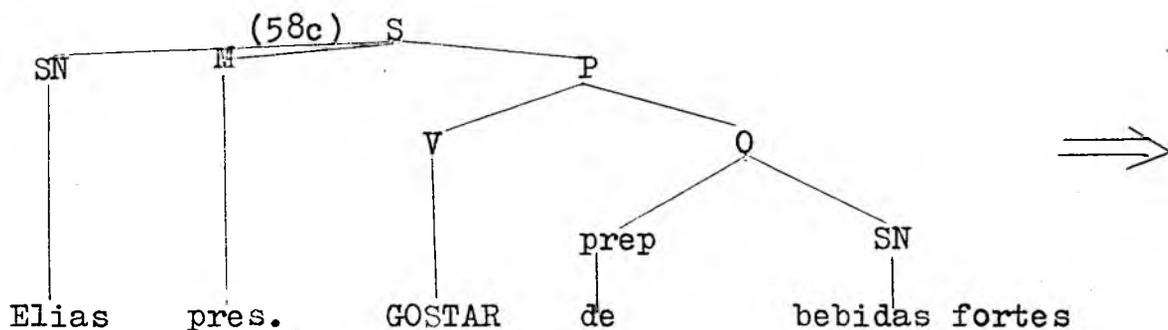


Aplicada a regra de "preposition spread" e preenchendo-se os elementos terminais com os itens lexicais, temos:

(58b) S

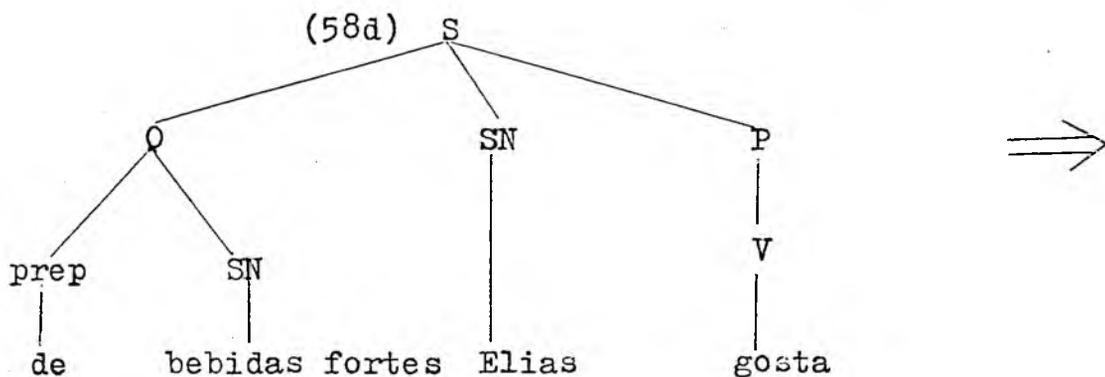


Como o verbo é psicológico, não há um caso agente, mas experienciador que será topicalizado para se constituir no sujeito da estrutura de superfície. Neste processo, a preposição é apagada, o rótulo de caso cancelado e o SN passa a ser ligado diretamente a S.



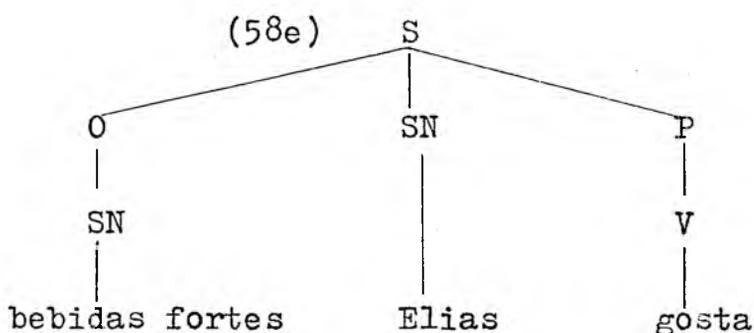
Houve aí, portanto, a topicalização primária, obrigatória de que fala Fillmore. Quanto a este assunto, ele chegou até aqui.

Para se obter a frase (58), temos que postular uma "topicalização secundária", acrescentando esta transformação ao último marcador:



Assim como o Agente ou o Experienciador perdem a sua preposição ao serem topicalizados e transformados em sujeito, qualquer outro caso também poderá perdê-la, desde que ela não tenha conteúdo semântico próprio, embora o falante saiba que o SN topicalizado não representa o sujeito da frase. Isto se dá, talvez, por um processo analógico da língua oral, quando o falante não tem muita preocupação com a linguagem (pessoas escolarizadas), não conhece a regência do verbo ou perde a - consciência da ligação entre ele e o tópico (pessoas pouco ou não escolarizadas).

Na linguagem oral, podemos ter então:



### 5.1.3. Em Ghilardi ( apud Ross, Soames e Perlmutter)

GHILARDI (1981) descreve a topicalização como uma regra pós-cíclica (vem depois da concordância verbal) e se processa sintaticamente da seguinte maneira: o elemento a ser topicalizado é copiado à esquerda da sentença, havendo então uma regra de pronominalização (com o surgimento da função pleonástica) seguida, às vezes, da cliticização e, por fim, uma regra de apagamento do pronome , numa opção transformacionalista, baseada em Soames e Perlmutter.

Exemplificando com a frase: "Os meninos não viram a bola"., apresenta a seqüência formal das regras:

## R 1 - Topicalização por Cópia

	X	FN	Y
	1	2	3
$\Rightarrow$	2	1	2 3

" A bola, os meninos não viram a bola."

## R2 : Pronominalização

	FN <sub>i</sub>	X	FN <sub>i</sub>	Y
	1	2	3	4
$\Rightarrow$	1	2	PRO	4

" A bola, os meninos não viram ela".

R<sub>3</sub>: Cliticização

	FN <sub>i</sub>	X	PRO <sub>i</sub>	Y
	1	2	3	4
$\Rightarrow$	1	2	CLIT	4

" A bola, os meninos não a viram."

R<sub>4</sub> : Apagamento

	FN <sub>i</sub>	X	PRO <sub>i</sub>	Y
	1	2	3	4
$\Rightarrow$	1	2	∅	4

" A bola, os meninos não viram."

R 1 é a única regra obrigatória ; as outras são facultativas.

As restrições que fazemos à colocação de Ghilardi se referem à adoção da regra transformacional de inserção da preposição, à simples menção do apagamento da preposição do SN topica-

lizado, sem preocupar-se com o seu porquê:

" Observa-se ainda que o elemento precedido de preposição a perde quando topicalizado."

(p. 28)

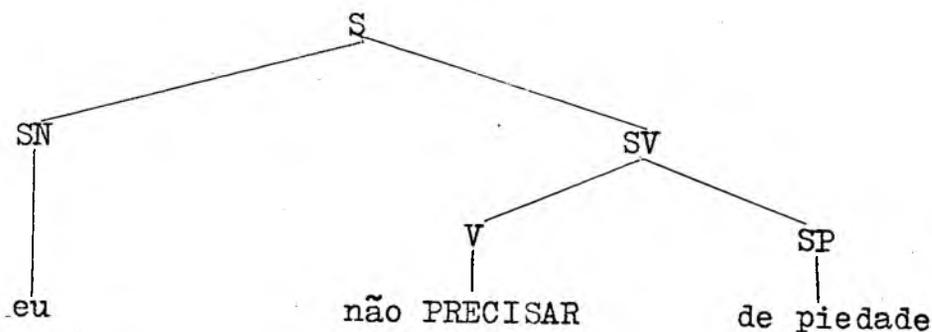
e à não-diferenciação entre tópico e deslocamento à esquerda. Em todos os seus exemplos, o tópico é separado do comentário por vírgulas, e, neste caso, concordamos com que se pode realmente postular a seqüência de regras transformacionais apresentadas em sua dissertação. Mas, comparando-se as frases:

(59) De piedade, eu não preciso (dela).

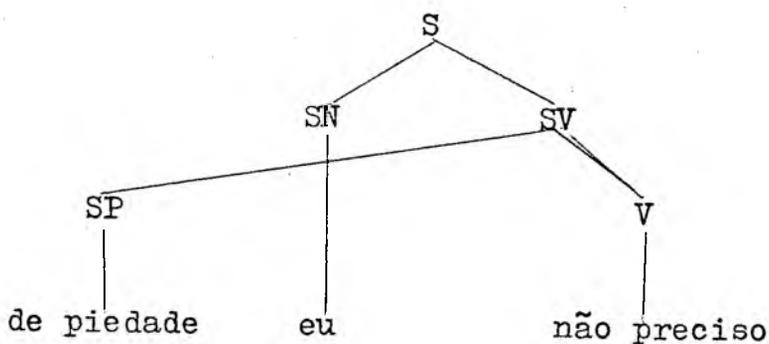
(60) De piedade eu não preciso.,

acreditamos que, na (60), o SN topicalizado continua dominado pelo verbo, com o qual constitui unidade semântica. Não há cópia, mas apenas movimento para a esquerda do SP, eliminando, portanto, a possibilidade de existência das regras de pronominalização, cliticização e apagamento que caracterizam a frase (59).

A representação formal da frase (60) ficaria assim:



Donde, com a topicalização não apenas do substantivo, mas de todo o sintagma preposicionado, teríamos:



## 5.1.4. Em Pontes

Baseada em Li e Thompson (1976) (1), que propõem uma tipologia das línguas conforme predominem nela relações de tópicos-comentário ou de sujeito-predicado, PONTES (1980) chama a atenção para o fato de que o português escrito sempre foi definido como sendo do tipo a ("língua com proeminência de sujeito, em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como de sujeito-predicado"), mas que o português falado, espontâneo, de uso diário, pelo número e variedade de construções com tópico que apresenta, talvez devesse ser classificada como língua do tipo c(" com proeminência de tópico e sujeito, em que há as duas construções diferentes"), na qual também se enquadra o chinês.

Li, Thompson e Chafe (1) caracterizam o tópico como o primeiro SN, que estabelece um quadro de referência para o que vai ser dito em seguida com uma frase formada de sujeito e predicado( comentário). Este conceito de tópico difere, portanto, do que vimos na gramática transformacional, onde é praticamente sinônimo de sujeito, quanto do "usado na literatura sobre o discurso, onde tem um sentido mais geral, próximo de assunto."

Pontes afirma ainda, o que confirma a nossa pesquisa, que qualquer SN pode ser tópico: objeto indireto ("Meu cabelo desta vez eu não gostei nem um pouco"); objeto direto ("Esse negócio de tópico eu tô examinando desde o semestre passado"); adjunto adnominal ("Aquela casa ali, é engraçado o jardim"); complemento nominal ("Isso aí eu tenho dúvida"); adjunto circunstancial ("Qualquer elemento você pode fazer isso"), sujei-

(1) CHAFE, WALLACE - "Giverness, Contrateness, Definiteness, Subjects, Topics, and Point de View" in Li, C.N. Subject and Topic. New York, Academic Press, 1976.

LI, C. e THOMPSON, S. "Subject and topic: a new typology for Language" in C. Li (Ed) Subject and Topic. New York . Academic Press, 1976.

to ("Essa competência ela é de natureza mental").

É interessante notar que, em todos os casos em que, ao ser topicalizado, o SN perdeu a preposição, ela é recuperável na linguagem formal, oral ou escrita. Comparem-se:

"Essa casa bate bastante sol" e

" Nessa casa bate bastante sol".

Segundo a autora, estas duas frases não são sinônimas, pois na primeira houve uma valorização da casa que não existe na segunda, como se a presença da preposição alterasse o significado da frase, o que parece não se comprovar.

Apesar de levantar a hipótese de classificação do português coloquial oral como uma língua do tipo c, apresenta tantos argumentos a favor da caracterização do tópico e das línguas de tópico no português, que parece querer enquadrá-lo no tipo b (" línguas com proeminência de tópico, em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como de tópico-comentário").

Não concordo, por exemplo, com algumas das características do tópico aplicadas ao português, como:

a) tem de ser definido. E frases como as seguintes:

(61) Um aluno, sabe o que ele pensa?

(62) Um carro, sabe quanto custa?

b) não precisa ter relações seletivas determinadas pelo verbo e portanto não se exige dele concordância com o verbo. Ora, o tópico constitui, na maior parte dos exemplos dados, um complemento do verbo e portanto não concorda com ele, mesmo em ordem direta. Mas é selecionado por ele, pois, se não o fosse, geraria frases agramaticais como (63):

(63)\* Esta pedra, Pedro chamou para o almoço.

c) o papel funcional do tópico abrange toda a sentença ( o do sujeito não). Na frase seguinte, parece que Pedro, valorizado como um "super-homem", é o sujeito, agente e centro de atenção de toda a sentença.

(64) Pedro descasca este abacaxi quando quiser.

(resolve este problema)

d) posição inicial na sentença ( aqui, ela opõe tópico ao sujeito posposto do português). Em primeiro lugar, parece-nos que em uma frase como

(65) Essa casa recebe bastante sol. ,

o sujeito paciente é também o tópico da sentença. Em segundo, o único sujeito posposto que aparece na linguagem coloquial oral, como sabemos, é o do verbo intransitivo do tipo

(66) Chegou o trem. ,

pois os outros pertencem ou ao registro formal, ou à língua escrita, literária, artificial e "empolada" quando falada:

(67) Reclamava ele da conta, quando...

Quem leciona português em qualquer nível, mesmo universitário, sabe que os alunos, de maneira geral, consideram o trem e similares como objetos diretos, tornando, pois, o verbo impessoal, desobrigado da concordância, deixando de, neste registro, ser um sujeito posposto.

Com relação à preposição, Pontes afirma que em português, como em chinês, ela não é necessária ( sem explicar o porquê ) e que, em determinadas frases é difícil identificar qual delas foi apagada. Acreditamos que, dentro do contexto, seja do discurso (referência anterior ao assunto), seja pragmático (da situação), fundamental para a introdução ou mudança do tópico em uma frase, a identificação da preposição apagada é básica para a compreensão do que foi comunicado (a menos que o falante queira ser propositadamente ambíguo). O que pode ocorrer é uma sinonímia:

sobre (prep.) = a respeito de = de

Baseadas na idéia de que há uma diferença entre o tópico, separado do comentário por vírgulas, e o deslocamento à esquerda, não separado de seu termo subordinante por pausa por ter uma função integrante, selecionamos, do artigo de Pontes, duas séries de exemplos que transcrevemos a seguir:

Série A :

(7) chinês: Aquele fogo, felizmente o corpo de bombeiros veio rápido.

- (9) Essa bolsa, as coisas somem aqui dentro.
- (19) Já o Jornal do Brasil, você viu a crônica do Drummond?
- (23) Meus óculos, você apanhou a capa ?
- (24) O pai, essa viagem está grande, né ?
- (33) A grande maioria desse pessoal, gente, as mulheres são verdadeiras heroínas.
- (34) Aqueles livros da coleção Syntax e Semantics, eu comprei um deles por 40 dólares.
- (46) Os nossos alunos, cumé que eles tão recebendo ?
- (49) Carlos André, quando quer alguma coisa, ele não sossega enquanto não consegue.
- (52) E o Flávio, que será que ele fez com a flauta dele ?
- (55) A carne, como aumentou, hein ?
- (56) Este cestinho aqui, onde é que tem plástico para ele ?
- (64) Esse do Labov, eu quero xerocar este trem.
- (66) O fogão, precisa limpar o fogão.
- (83) Esse quebra-molas, a gente devia processar eles contra.

### Série B

- (6) chinês: Este campo o arroz é muito bom.
- (25) O seu regime entra muito laticínio ?
- (27) A casa onde mora a Betânia tá todo mundo com sarna.
- (28) Aquele festival lá tem que levar dinheiro.
- (31) Próxima vez a gente bota uma linha de pesquisa...
- (36) A Joana não se deve confiar.
- (37) Repelex precisa, né ?
- (42) Isso eu tenho uma porção de exemplos.
- (63) Essa reunião é pr'eu tá (aqui) ?
- (67) Problema curioso coloca a sentença (68).
- (68) Mas essa você já tem várias delas.
- (73) Essa primeira parte é interessante a crítica.
- (79) Linguísta a gente não pode conversar mais não.
- (81) Doce a gente pega um pouquinho.
- (82) Tudo isso tem estudo a respeito.

Na série A teríamos realmente frases com tópico, ou seja, o quadro de referência para o comentário. Equivale ao anacoluto na gramática tradicional e é separado por pausa (vírgula) não virtual, mas obrigatória, do resto da sentença. É geralmente início de uma conversa.

Na série B teríamos exemplos de SNs topicalizados, movimentados para a esquerda, para a posição inicial da sentença, como uma retomada do discurso ou da situação anterior, ou simplesmente com objetivo enfático. Equivale, na gramática tradicional, à inversão e nunca vem separado do resto da frase por pausa.

Enquanto uns são tópicos, outros se tornaram tópicos, ou seja, são SNs topicalizados.

RIVERO (1980) diferencia, sintaticamente, topicalização de estruturas deslocadas para a esquerda, através de uma vasta e complexa teorização. Afirma (p. 365):

"As estruturas deslocadas para a esquerda, em espanhol, têm uma frase nominal separada por vírgulas no começo de uma cláusula na posição inicial (TOP) e um pronome ou uma FN que é anaforicamente relacionado com a frase da posição inicial. A frase TOP e o pronome ou FN são entendidos como anaforicamente relacionados. As estruturas deslocadas para a esquerda devem ser distinguidas das topicalizações, que têm uma FN inicial separada por vírgulas também e um espaço vazio, indicado por um branco.

Ex.s: Dinero, dicen que no lo tiene. (deslocamento)

Dinero, dicen que no tiene \_\_\_\_.( TOP) "

Rivero parece ter-se baseado na sugestão de Cinque de que as FN em posição inicial de frase chamadas estruturas de deslocamento à esquerda deviam entrar em dois tipos diferentes de construções: uma (topicalização) é resultado da operação de cópia; a outra (estrutura deslocada à esquerda) tem um tópico e um pronome gerado na base.

## 5. 2. Topicalização de frases encaixadas

### 5.2.1. Frases relativas

Segundo TESNIÈRE (1953:25), o relativo reúne, em uma só palavra, dois elementos : um transferema ( palavra que subordina uma oração a outra) e um índice pessoal, um anafórico (palavra vazia no dicionário, mas cheia na frase, onde se carrega com o sentido da palavra com a qual está em conexão semântica e onde exerce uma função sintática).(19)

Já no indo-europeu aparecem, em um só elemento, ao mesmo tempo, o transferema e o anafórico (anaforema), transferido para as língua indo-européias. Tesnière cita as línguas não-indo européias e o francês dialetal ou popular como línguas em que se separa o que (usado apenas como translativo) do anafórico: "L'homme que (translativo) j'ai vu son (anafórico) chapeau", por "L'homme dont (relativo) j'ai vu le chapeau".

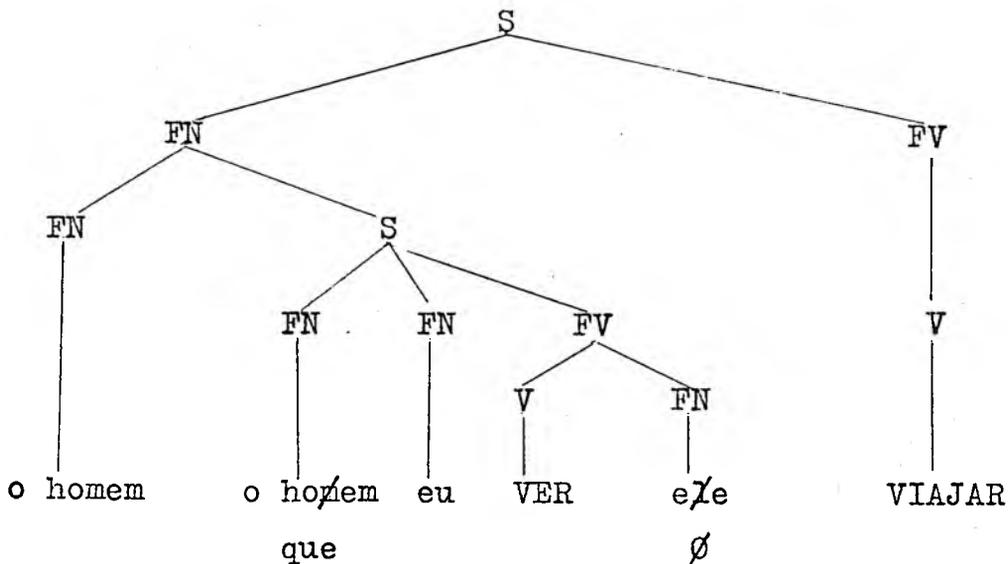
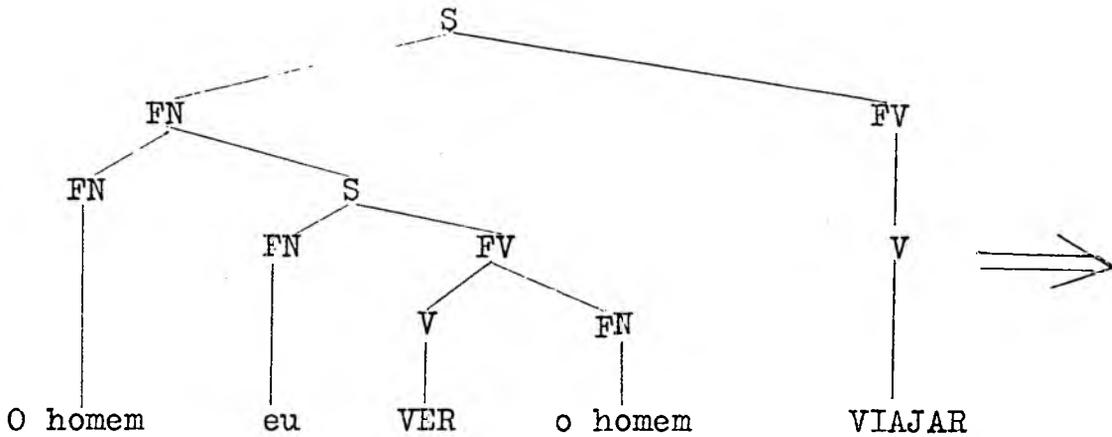
Sabemos que esta separação de funções é praticamente - uma regra também no português não- formal nos casos em que o relativo tem outras funções que não a de sujeito (muitas vezes nem nessa função reconhece-se o anaforema, ou seja, não se reconhece no pronome a carga semântica do antecedente, impedindo uma concordância correta do verbo da oração relativa). Esta tendência de dissociar as duas funções é repelida pela linguagem culta e condenada pela gramática normativa.

SANTOS (1981) resenha, em sua dissertação, as mais variadas soluções gerativistas que explicam o processo de relativização através de regras transformacionais (Thompson, Ross ,

Lakoff, Martin, Perlmutter, Pizzini, Perini) e chega à conclusão de que deve adotar as seguintes regras:

- 1- cópia do item lexical co-referencial da sentença encaixada para a direita imediata de seu co-referente.
- 2- pronominalização do SN na posição original.
- 3- substituição do SN copiado pelo pronome relativo.
- 4- apagamento do "pronome sombra".

Sua formalização é a seguinte:

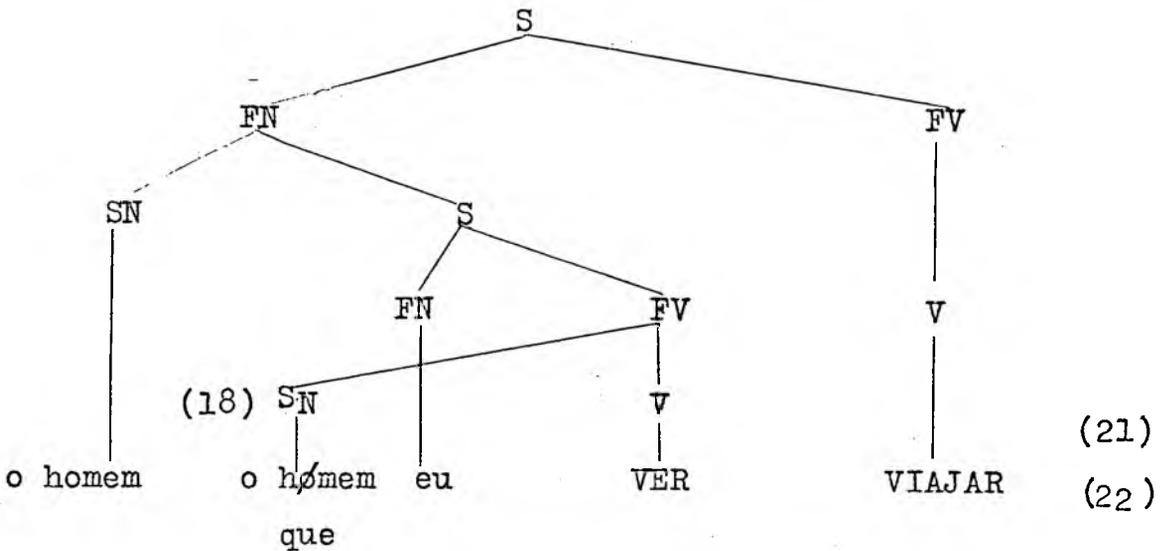
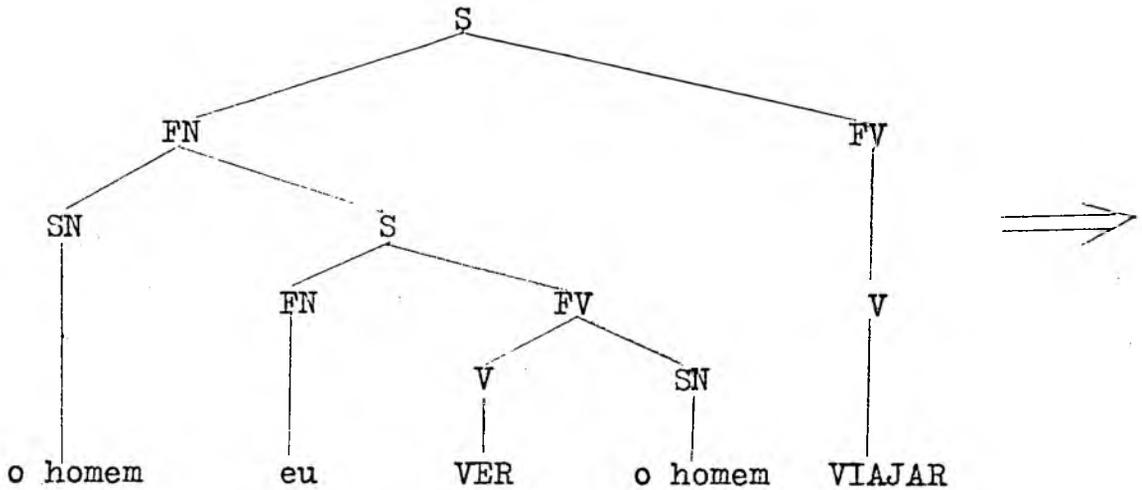


Segundo a teoria de Tesnière, como vimos, não há aí nenhum "pronome sombra", mas apenas a dissociação das duas funções do pronome relativo : transferema e anaforema, tendo o que, então, apenas a primeira função e o ele, apenas a segunda.

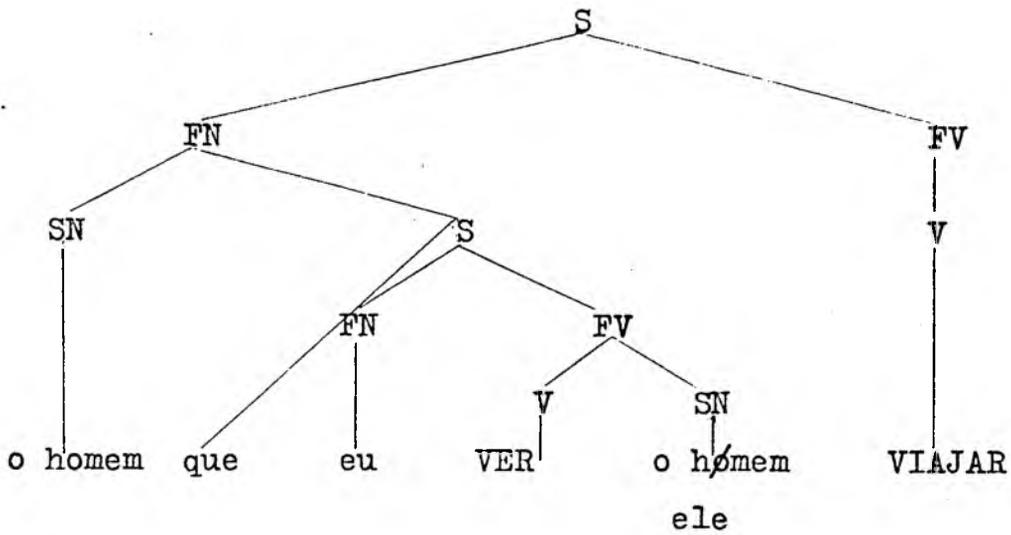
Haveria uma representação subjacente para o uso do pro-

nome relativo na linguagem culta, formal e outra para a linguagem coloquial oral. (20)

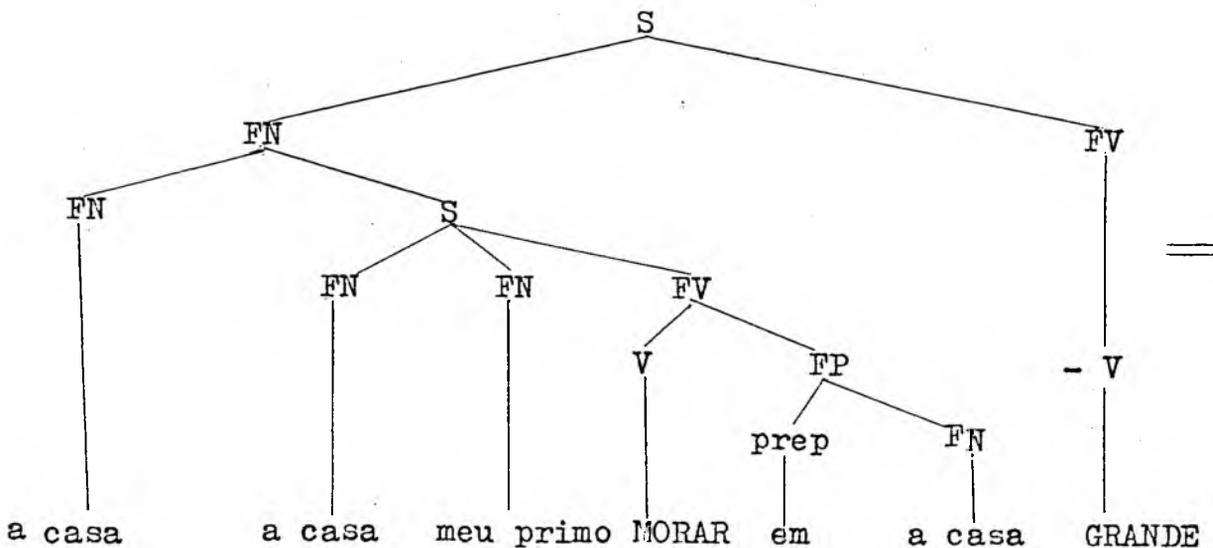
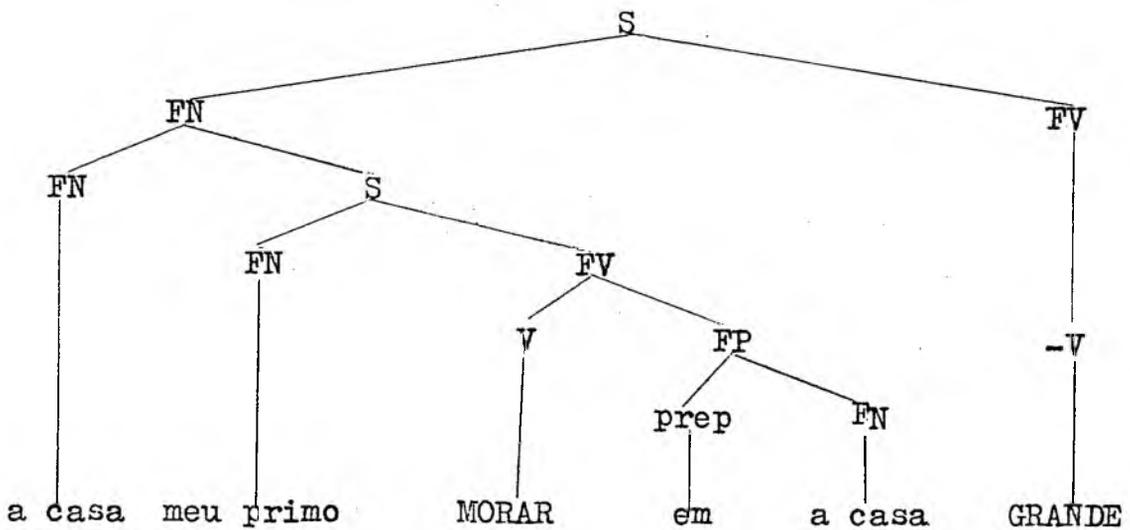
Na linguagem formal, haveria apenas um transporte do item lexical co-referencial da sentença encaixada para a direita imediata de seu co-referente da oração matriz e depois a sua pronominalização:



Na língua coloquial, haveria a simples inserção do que equivalente à conjunção subordinativa das orações encaixadas substantivas (função translativa), não podendo, inclusive ser chamado pronome relativo, e a pronominalização do SN objeto da frase encaixada :

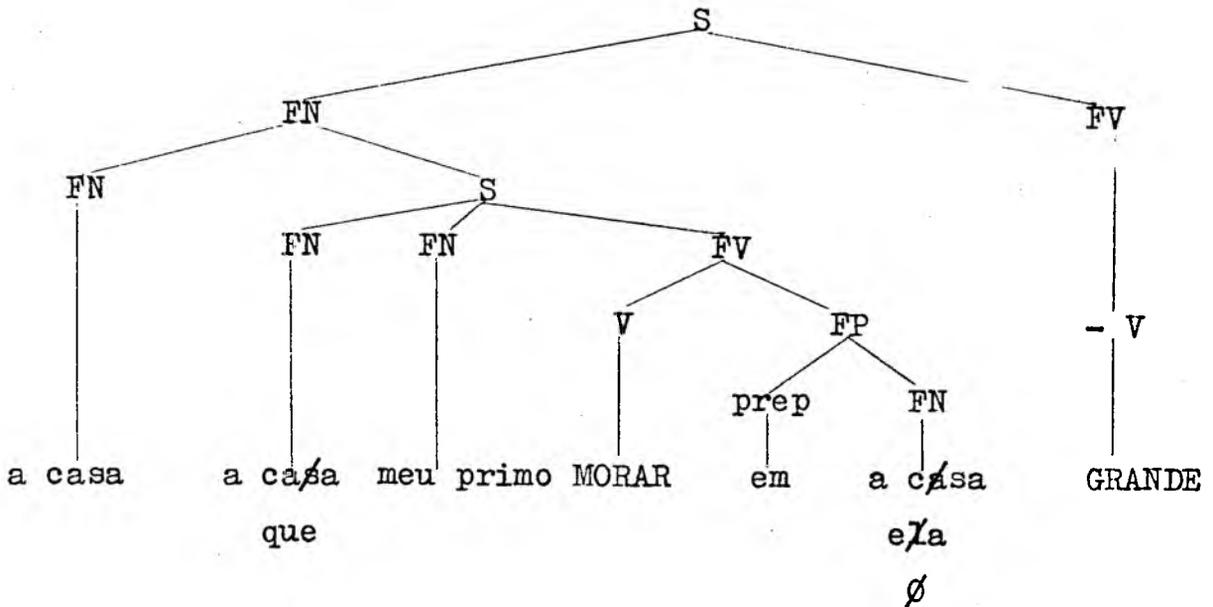


Para os relativos preposicionados, que interessam mais de perto à nossa pesquisa, SANTOS apresenta a seguinte proposta para a frase: "A casa em que meu primo mora é grande."



Aqui já temos uma crítica a fazer : não deve ser apenas o SN a sofrer a regra de cópia e sim a FP, já que a preposição é um seu constituinte.

Com a pronominalização, relativização e apagamento do pronome já criticado na página anterior, tem-se:

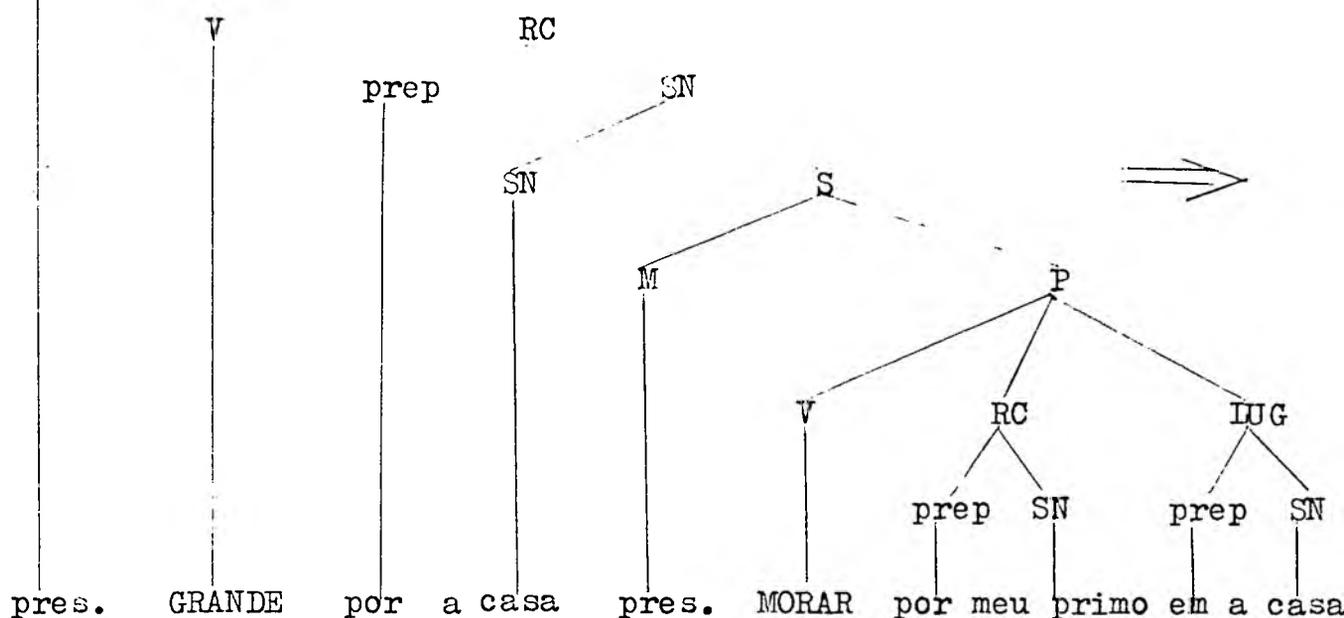


Faz a seguinte observação, inaceitável dentro de minha hipótese:(p. 34)

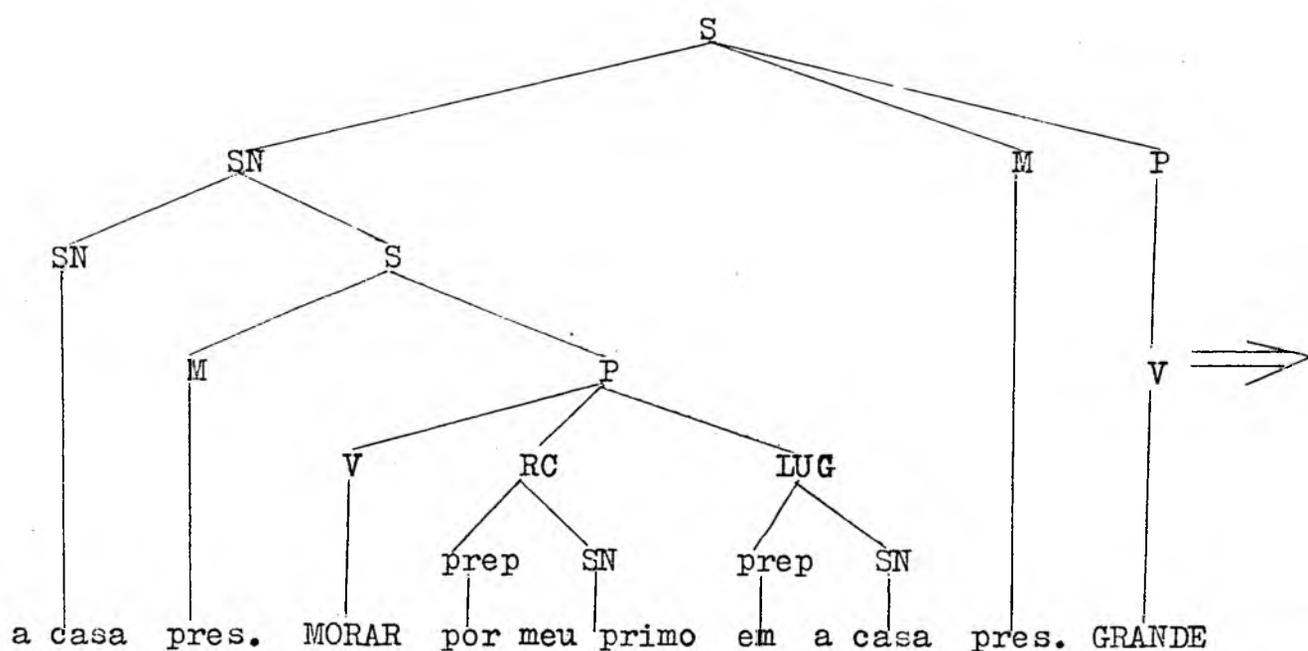
" Como não há em português frase que termina por preposição, ela é transportada para a esquerda do relativo.Podemos imaginar que se trata aí de um filtro superficial."

Adotando a teoria de Fillmore, fica mais fácil entender que a preposição, seja como parte do item lexical do verbo "soletrada", seja como marcadora de caso (com ou sem conteúdo semântico), faz parte dele e, havendo sua topicalização, mesmo na frase encaixada, a preposição poderá sofrer um apagamento, pela quebra de sua unidade semântica com o verbo.

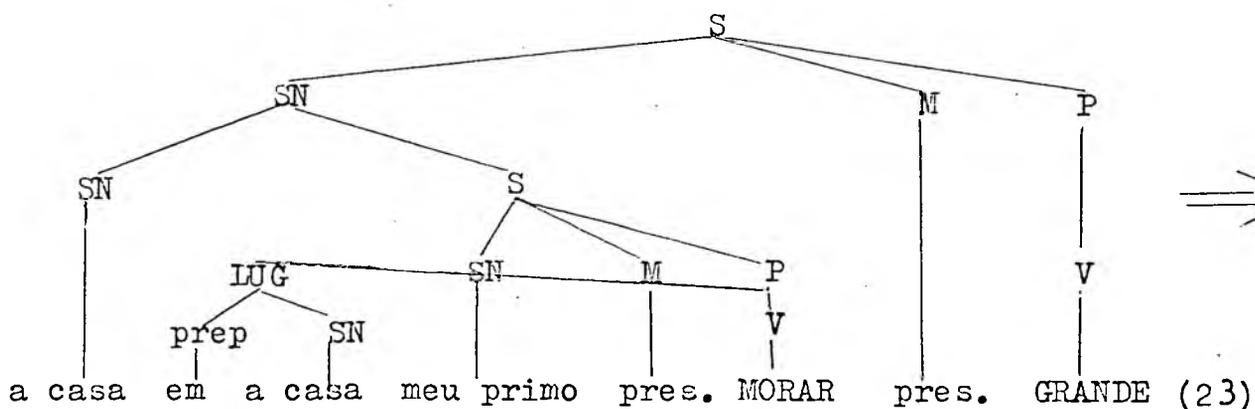
Assim, tentaríamos propor (já que tanto a frase encaixada como a formalização constituem um problema confessado até por Fillmore...) :



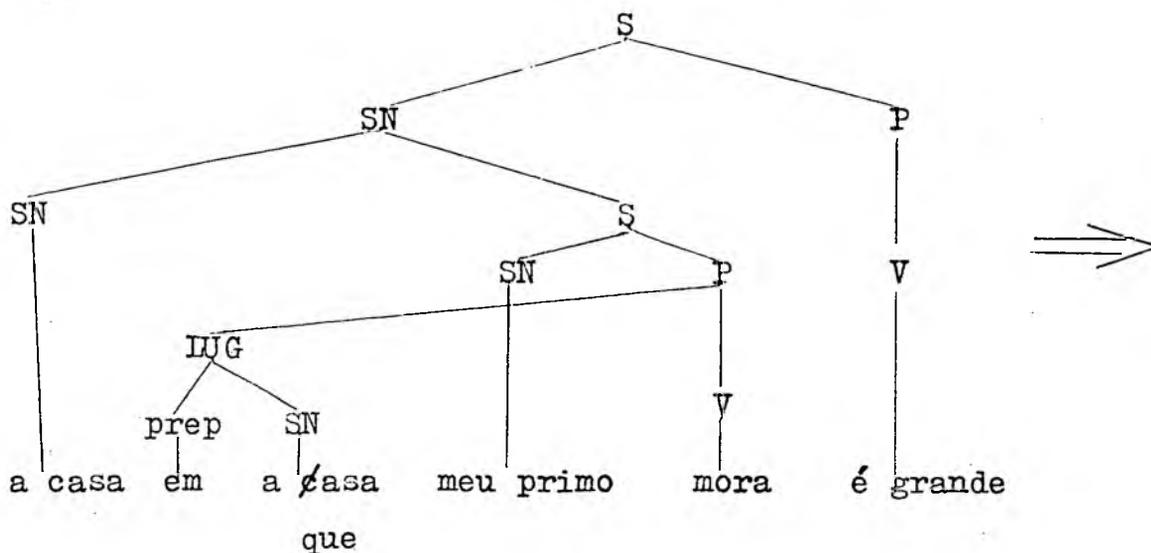
Com a topicalização do caso receptivo da sentença matriz, a encaixada o acompanha. Há o apagamento da preposição e o cancelamento do rótulo para a formação do sujeito de superfície:



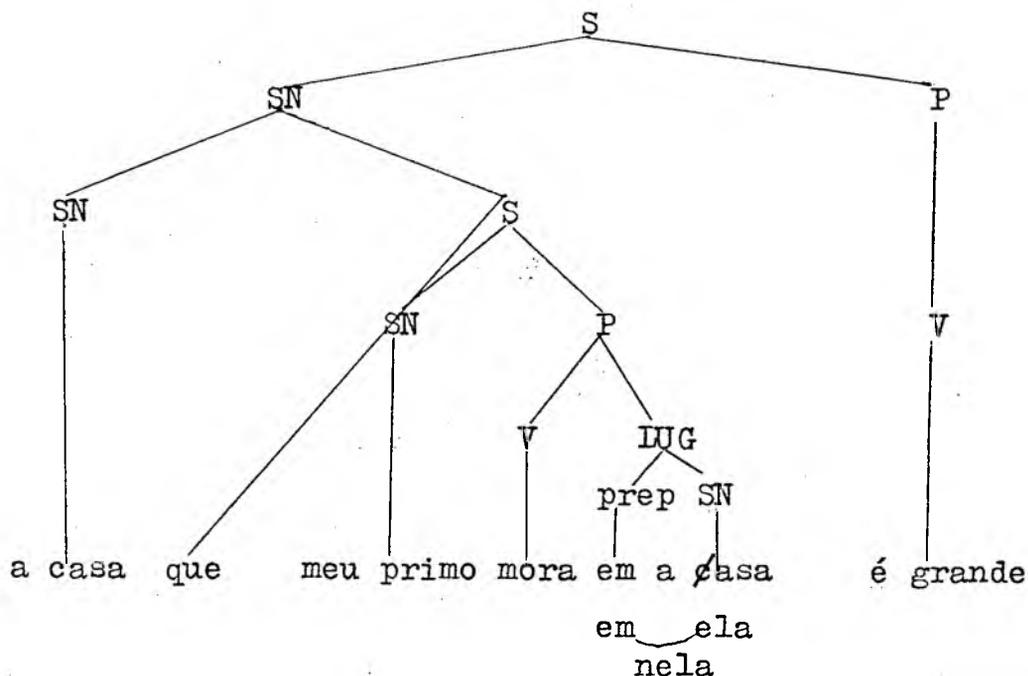
Em seguida há a topicalização do Rc da sentença encaixada que gera o sujeito de sua estrutura superficial e a topicalização do caso Lugar por ser co-referencial do SN da oração matriz.



Finalmente, a frase de superfície com a relativização do SN co-referencial ao da oração matriz:



No registro em que se dissociam as funções do pronome relativo, não há a topicalização do caso Lugar. O seu SN é - pronominalizado e há a inserção do que translativo que torna a sentença encaixada subordinada adjetiva do substantivo co-referencial da oração matriz:



### 5.2.2. Frases substantivas

Mesmo verbos que, tradicionalmente, nunca são usados sem a preposição quando o objeto indireto vem depois deles, em qualquer registro, podem perdê-la quando uma frase encaixada passa a exercer esta função. Celso Cunha e Fernandes - apresentam exemplos deste fato, na linguagem escrita, e, portanto formal, de autores a serem imitados:

" Não se esqueça, porém, que outro virá destruir tudo isto que construí."

" Eu gosto que os soldados sejam honrados."

" Ele insitiu que você devia visitá-lo." (24)

Como se explicaria linguisticamente este fato?

Muitos linguistas consideram que as preposições pertencem à mesma classe das conjunções:

Jespersen afirma que não há diferença de função entre preposições e conjunções subordinativas - o que difere é o seu complemento: nome para as primeiras e sentenças para as segundas. Sugere que as conjunções sejam chamadas "sentence prepositions" (preposições oracionais) e se agrupem às preposições.

Brøndal, estudando o chinês, língua que tem "palavras de união" que podem funcionar como nossas preposições, conjunções e até mesmo como verbos ( como repete Lakoff referindo-se às que têm conteúdo semântico), defende também a analogia entre estas duas classes.

Vários outros colocam na mesma classe preposições e conjunções subordinativas, sob nomes diferentes: Tesnière, transitivos; Hjelmslev, advérbios; Martinet, monemas funcionais; Pottier, relatores; Pike, relacionantes, etc.

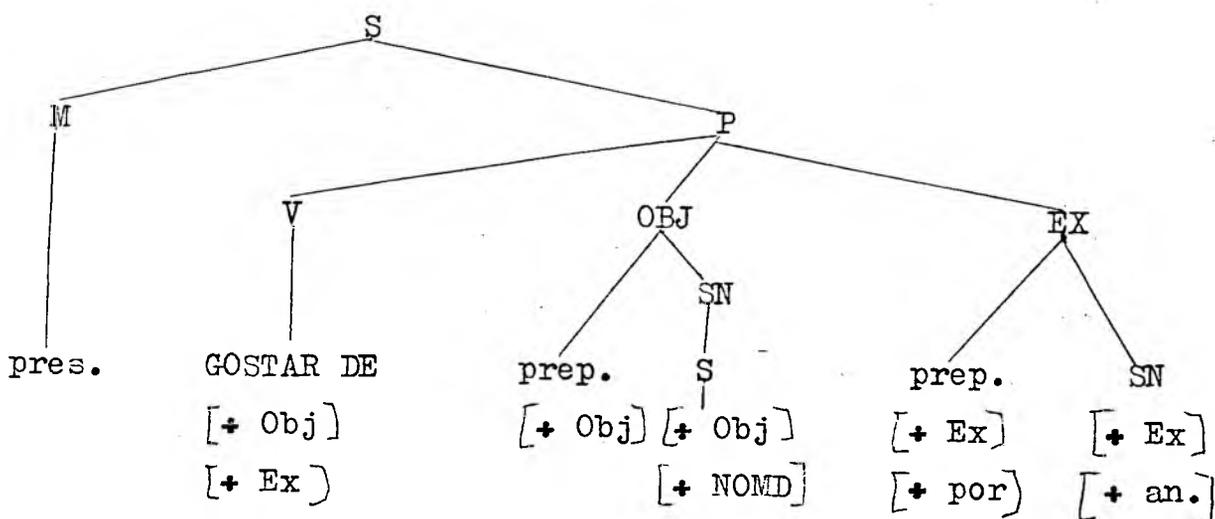
Somos, com efeito, obrigados a admitir a semelhança entre as conjunções subordinativas e as preposições sem conteúdo semântico, elementos puramente relacionais, que transformam - substantivos ou orações independentes semanticamente em termos

subordinados a outros dentro da frase.

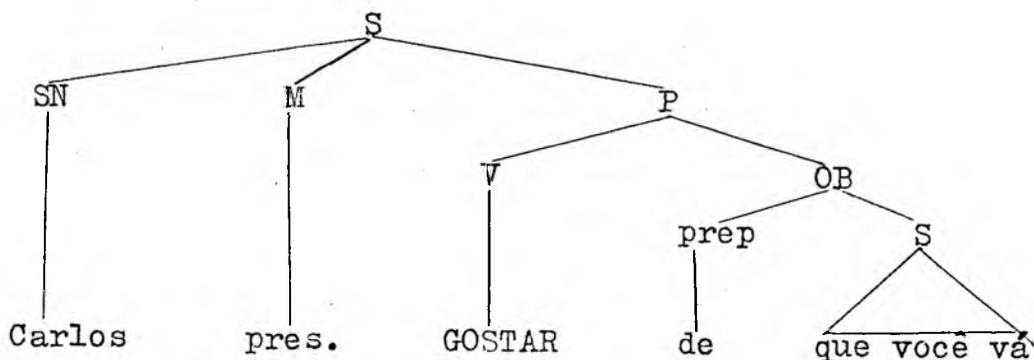
Poderíamos, talvez, dizer que, intuitivamente, o falante também as coloca na mesma classe, "sentindo" as conjunções subordinativas em geral e as integrantes em particular realmente como preposições oracionais. Seu emprego simultâneo com a, de, em, etc, pareceria então redundante à comunicação e, portanto, desnecessária, donde o seu cancelamento.

Esta explicação para o apagamento da preposição diante da conjunção que introduz uma sentença encaixada substantiva - não se opõe à que vimos usando até agora (teoria dos casos). Representaremos formalmente, a título de exemplo, a seqüência de transformações que gerou a frase

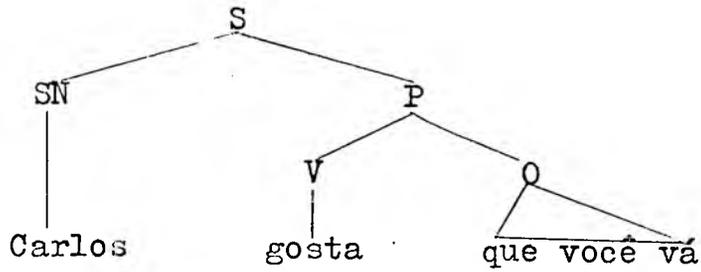
(68) Carlos gosta que você vá.



Com a soletração da preposição, preenchimentos dos itens lexicais pelos casos, topicalização do caso experienciador com o conseqüente apagamento de sua preposição e cancelamento do rótulo deste caso, temos:



A preposição do caso Objeto é então cancelada, na estrutura de superfície, por sua co-ocorrência com o nominalizador, considerado também uma preposição (sentencial):



Fechamos estes parênteses de comentários sobre frases encaixadas substantivas que, a rigor, não são assunto direto desta dissertação, já que não há, nelas, topicalização, apesar de apresentarem cancelamento da preposição.

## Capítulo V

### PRAGMÁTICA

#### 6. 1. Considerações gerais

A teoria lingüística começou a se desenvolver pelo que a língua tem de mais palpável : os sons (estrutura de superfície, performance), através dos quais chegou-se à noção de fonema (estrutura profunda, competência), cuja existência era comprovada através de pares comutativos : trocando-se apenas um dos elementos componentes de uma unidade significativa da língua, mudava-se-lhe também todo o significado. Passou-se, então, a estudar o funcionamento destas unidades significativas da língua, os morfemas, selecionados a cada momento, pelo falante, ( E. S. ) de um paradigma ( E. P. ), para formar ( E. P. E. S. ) e entender ( E. S. → E. P. ) frases, onde têm uma determinada função e um determinado significado ( E. S. ) previstos na língua ( E. P. ).

Assim, praticamente esgotaram-se as pesquisas em cada uma das áreas lingüísticas, nesta seqüência (inclusive temporal) : Fonética, Fonologia, Morfologia / Lexicologia, Sintaxe,

Semântica e Pragmática. Em cada um destes campos, em um determinado momento, era considerada falha grave o penetrar, inadvertidamente ou não, em "outro domínio. As faixas de interseção entre eles era cuidadosamente evitada até que um lingüista, depois de anos de estudo, via a impossibilidade de separar o anterior do seguinte e lançava uma nova teoria, unindo-os, sofregadamente devorada, dissecada e aplicada às suas línguas maternas por milhares de adeptos em todos os países sob sua influência econômica e, portanto, cultural.

As teorias lingüísticas separaram também a competência ("langue"), ligada à estrutura profunda dos conhecimentos lingüísticos universais (?) da performance ("parole"), ligada à estrutura de superfície, relegada ao campo de estudo das ciências afins (Sociolingüística, Psicolingüística, etc), como algo que não merecia muita atenção, já que o indivíduo, ao falar, apenas seguia regras pré-estabelecidas. (25)

Ora, é impossível dissociar os elementos componentes de uma estrutura, social ou não, quer uns dos outros, quer suas características individuais das comuns a todos que a utilizam. A língua é uma "semiosis" (Peirce), ou seja, um processo em que alguma coisa funciona como um sinal para alguém. Uma teoria lingüística deve explicar, portanto, as propriedades dos sinais, através da sintaxe, etc; as relações entre os sinais e suas designações, através da semântica e as ligações entre os sinais e suas designações com os indivíduos que os utilizam (seus intérpretes), através da pragmática (Morris / Carnap).

É a análise sob este último ponto de vista do fato lingüístico que estamos estudando que pretendemos fazer agora, já que, como vimos, é fundamental, para entendê-lo, o conhecimento do contexto tanto verbal quanto situacional dos enunciados em que ocorre. Concordamos com CAMPBELL e WALLIS (1970:236) que se trata da espécie de competência na qual se inclui a mais importante das capacidades lingüísticas:

"... a de produzir ou de compreender enunciados que não são tanto gramaticais como, o que é ainda mais importante, apropriados ao contexto em que ocorrem."

Ao deixar de lado fatos da língua principalmente oral, por considerá-los agramaticais, oriundos da imperfeição não só da língua, como de seus usuários, não se leva em conta o fato de que as condições de verdade dos enunciados baseiam-se nos mundos possíveis, compatíveis com as crenças, a visão de mundo formada de todas as experiências anteriores dos participantes de um ato comunicativo e não apenas no mundo "real", como acreditavam os teóricos da semântica formal, duramente criticados por Strawson (1982) e Davidson (1982), a partir da concepção de verdade de Tarski. É lógico que há uma relação normal entre o que as pessoas pretendem comunicar e os significados convencionais das sentenças que produzem. Conforme a distância existente entre os interlocutores em termos da faixa etária, do nível sócio-econômico-cultural e do profissional em que se inserem, a linguagem utilizada estará mais ou menos próxima do significado convencional das sentenças, já que o contexto pragmático e / ou verbal entre eles terá características também mais ou menos comuns.

O estar mais próximo do significado convencional das sentenças implica uma observância de um número maior de regras sintáticas da língua, prescritas oficialmente e, portanto, ensinadas em todas as escolas do território nacional (Nomenclatura Gramatical Brasileira), muitas vezes à total revelia da linguagem oral empregada por falantes os mais diversos. Se, por um lado, esta exigência aumenta cada vez mais a distância entre a língua escrita, da qual se abstrai o contexto pragmático e a língua oral, que tem nele a viga-mestra da compreensão das sentenças enunciadas, por outro mantém uma unidade lingüística nacional, fundamental para a base da comunicação entre pessoas das várias regiões do país, que têm características lingüísticas tão diferentes umas das outras. (26)

Enquanto que os exemplos apresentados como suporte das teorias sintáticas e semânticas são, em sua maior parte, de língua formal, os da pragmática são essencialmente de língua coloquial oral: BAR- HILLEL (1982:23):

"Mesmo uma investigação muito superficial dos hábitos lingüísticos dos usuários da língua corrente revelará que há fortes variações no grau de dependência da referência das expressões lingüísticas em relação ao contexto pragmático de sua produção."

Dentre os vários caminhos através dos quais se desenvolveu a Pragmática : ligada à lógica e à argumentação (Ducrot, Vogt); à teoria dos atos de fala (Austin, Searle, Strawson) ; aos princípios que regem a conversação comum (Grice, Dascal); ao estudo lingüístico do texto (van Dijk, Dascal e Margalit), escolhemos, para aplicar ao nosso trabalho, a de Grice, porque o apagamento da preposição se dá principalmente no decurso de um diálogo (conversação).

## 6.2. Grice, Dascal

GRICE (1982) apresenta um estudo sobre a conversação que pode ser resumido da seguinte maneira:

Todas as atividades humanas que visam a um objetivo são governadas por regras ou convenções. A língua não poderia fugir a este princípio social básico. Assim, em um diálogo , cada participante dá sua contribuição na direção, no momento e no modo requeridos por seu interlocutor. É o que Grice cha-

ma de Princípio da Cooperação, fundamental para a manutenção de uma conversa. Compreende, de certa maneira, o que Vogt chama de a "obrigação jurídica" que o interlocutor assume de responder a uma pergunta feita a ele pelo locutor.

Considerando-se que os interlocutores pretendem "cooperar" e manter um diálogo, devem obedecer às super-máximas e às máximas de quatro categorias conversacionais, que devem ter uma ordem de importância, embora ele não a tenha determinado claramente. São elas : Quantidade (faça sua contribuição apenas tão informativa quanto o requerido) ; Qualidade (faça sua contribuição verdadeira) ; Relação (seja relevante) e Modo ( seja claro).

O autor introduz, como termos técnicos, o verbo implicar e os nomes correspondentes implicatura e implicitado.

As implicaturas consistem na quebra propositada, consciente, tanto da parte do falante como da do ouvinte, de uma das máximas conversacionais, supondo-se o Princípio da Cooperação preservado. Dividem-se em convencionais, feitas através do que foi dito (Exemplo do autor: "Ele é um inglês, e portanto um bravo") e não-convencionais ou conversacionais, subentendidas - pelo falante a partir da impossibilidade de aceitação e / ou - compreensão de uma enunciação com o sentido literal. (27)

Parece-nos que o fato lingüístico estudado neste trabalho, o apagamento da preposição quando o SN ou a S encaixada é topicalizada, não se explica pela teoria das implicaturas conversacionais, mas sim pelas categorias que norteiam a conversação, através de suas máximas.

Ao se colocar um termo como tópico, estão sendo usadas as máximas da Quantidade (GRICE 1982:86-7):

- "1- Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto o requerido.
- 2- Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido."

Ou seja, em um diálogo como:

(69) -- E o Marcelo ?

-- O Marcelo, eu nunca mais conversei com ele. ,  
a repetição do elemento o Marcelo parece se dar pela confirmação, pelo ouvinte, da limitação de quantidade de informação - que está sendo requerida dele por seu interlocutor.

Em um começo de conversa, como:

(70) A teoria dos casos, eu preciso dela para explicar este fato lingüístico.,

o tópico seria, para o ouvinte, uma limitação do assunto que virá a ser o conteúdo do comentário a ser feito em seguida.

Quando há mais de um elemento que o interlocutor julga ser relevante para o locutor, um deles é limitado, quantitativamente, pelo tópico:

(71) -- Quando sua irmã comprou o carro ?

R<sub>1</sub>:-- Minha irmã, ela comprou o carro ontem.

R<sub>2</sub>:-- O carro, minha irmã comprou ontem.

R<sub>3</sub>:-- Foi ontem que minha irmã comprou o carro.

Às quatro categorias apresentadas por Grice, acrescentaríamos mais uma : Ênfase, com a seguinte super-máxima:

Destaque, para o ouvinte, o mais importante para você dos elementos de sua frase, através da entonação, da expressão é que ou de sua colocação em posição marcada (diferente da usual).

A topicalização ou deslocamentos para a esquerda de SNs ou de S encaixadas seria talvez o recurso enfático mais utilizado pelo falante. Neste processo, esta máxima conversacional tem prioridade sobre a construção sintática, passando a ser mais importante para o falante destacar um SN de sua frase como o que ele considera essencial retomar do contexto verbal de seu interlocutor, que estabelecer seu liame com um ver-

bo a ser escolhido, provavelmente, "a posteriori". (29)

Assim, poderíamos ter réplicas diferentes à seguinte afirmação, que tem a ênfase entonacional sobre a palavra sério:

(72) -- O meu problema, quando faço regime, é sério, porque adoro doces.

R<sub>1</sub>:-- Doce eu não faço questão, difícil para mim é para<sup>h</sup>de tomar refrigerante.

R<sub>2</sub>: -- O problema para mim é refrigerante, porque não ligo para doce.

R<sub>3</sub>: -- Eu não faço questão de doces. O difícil para mim é parar de tomar refrigerante.

Note-se que, em qualquer uma destas "continuações de conversa", a retomada de um SN como elemento relevante depende das características individuais do interlocutor, mudando a visão pessoal do enunciado.

Temos observado que, tanto nos exemplos apresentados quando da classificação dos casos de verbos que podem ter um SN topicalizado (inversão), como neste apresentado acima, as réplicas são, na maior parte, negativas, como se fizesse parte do Princípio de Cooperação o componente argumentativo. (cf. Ducrot, Vogt). (2). Haveria, por exemplo, uma quebra deste Princípio nas seguintes respostas:

R<sub>4</sub>: -- Eu também!

R<sub>5</sub>: -- Pra mim também !

R<sub>6</sub>: -- O meu também !

Como disse GRICE (1982:102):

" A informação, como o dinheiro, é muitas vezes dada sem saber o que fará dela o receptor."

O que estamos chamando de ênfase(topicalização de SN) e colocando na máxima da Quantidade (tópico), DASCAL (1982) considera apenas relevância que, segundo ele, sendo "o fenômeno - que permite aos seres humanos conversar", deveria constituir, no lugar da cooperação, o Princípio que rege uma comunicação lin-

güística. Assim, não estaria sujeito a implicaturas conversacionais do tipo Relação, como quer Grice.

" O interlocutor que se encontra diante de uma possível implicatura pode ser comparado com um jogador em um jogo todo especial. Sua meta é descobrir a implicatura, se é que há alguma, e isto ele tem que descobrir também. Pois bem, uma implicatura é uma hipótese sobre as intenções do locutor que explica (ou elimina) a aparentemente irrelevância de sua enunciação, mostrando como a enunciação é de fato relevante."(p.124) (30)

A partir da noção de relevância, Dascal afirma que, a cada momento em que o falante enuncia um sentença, seu campo de atenção ou memória imediata se concentra em um determinado elemento, a que chama topicamente relevante (o que comanda as suas reações conscientes), mas não se desliga dos outros elementos da frase, marginalmente relevantes, além de ter toda uma experiência anterior como potencialmente relevante em diferentes graus.

A relação entre estes três tipos de relevância não é, como diz Dascal, apenas dinâmica (pode-se passar de uma para outra), os três estão onipresentes na consciência do falante, apesar de apenas um ser topicamente relevante de cada vez em um enunciado.

Desta maneira, achamos que não seria o caso opor a sua noção de tópico à adotada por outros linguistas (cf. <sup>Dascal,</sup> nota 7 p.114), mas apenas torná-la mais abrangente: o tópico, <sup>para eles</sup> "propriedade <sup>de estrutura</sup> interna de uma enunciação (ou mesmo de uma sentença)" refere-se "ao campo imediato de atenção ou memória imediata de um falante/interlocutor", como afirma Dascal.

Se pensarmos em relevância como um princípio conversacional, caracterizado pela falta de intencionalidade que a afasta das implicaturas, como defende Dascal, reforçamos nossa idéia de colocar a ênfase como uma categoria subordinada a

ela : o que é relevante para o falante deve ser enfatizado por ele em seu enunciado.

Como conclusão deste capítulo, poderíamos levantar uma hipótese até certo ponto atrevida para nós, professores de - Português:

A manutenção da preposição na linguagem coloquial oral, tanto no tópico, como no SN topicalizado (deslocado para a esquerda) constituem, na maioria das vezes, uma implicatura conversacional mais ou menos como esta: " Veja como eu faço um uso correto e consciente das regras sintáticas do Português, que conheço tão bem !"

Comparem-se as respostas 1 e 2 no seguinte diálogo:

(73) -- Estou precisando de um carro.

R<sub>1</sub>:-- Carro eu não preciso, preciso é de dinheiro.

R<sub>2</sub>:-- De carro eu não preciso, preciso é de dinheiro.

(31)

## Capítulo VII

### CONCLUSÃO

Pretendíamos, inicialmente, fazer um estudo sobre as razões do apagamento da preposição quando, em linguagem coloquial oral, o sintagma preposicionado era topicalizado. Como pensamos em objetos indiretos, começamos por fazer um levantamento, em gramáticas normativas e no Dicionário de Verbos e Regimes, dos verbos relativos e transitivos-relativos mais conhecidos (cerca de 150) . Destes, foram sendo eliminados os que admitiam dupla regência e os eruditos (quem os usasse não eliminaria a preposição) e chegamos a um número de 32 verbos que, sendo usados na linguagem oral com preposição pós-verbal, poderiam perdê-la quando o sintagma preposicionado fosse topicalizado.

Procuramos saber, então, qual era o mecanismo da regência verbal segundo várias correntes lingüísticas, ou seja, que tipo de relacionamento sintático-semântico o sintagma - preposicionado mantinha com o verbo.

Estudando a teoria dos casos de Fillmore, levantamos

a hipótese (não confirmada) de que apenas um caso, além do sujeito, sofria o apagamento de seu marcador. Apesar da dificuldade em classificar os casos, verificamos que o fenômeno ocorria, nos exemplos dados, nas relações semânticas mais diferentes. Imaginamos, então, que os demais casos que, quando topicalizados, perdiam também a preposição só não apareceram pela limitação que impusemos aos verbos em nossa pesquisa.

Foi gratificante encontrar, na teoria dos casos, uma alternativa de explicação para a regra de inserção da preposição da gramática gerativa que nunca nos convenceu. O fato de a preposição fazer parte do verbo, como um de seus itens lexicais e se deslocar para o caso seguinte, estando, por isso, presente na posição pós-verbal, em qualquer registro, pareceu-nos muito lógico.

Lendo alguns trabalhos sobre processos de relativização em linguagem coloquial, levantamos a hipótese de que qualquer tipo de sintagma preposicionado poderia perder a preposição quando fosse topicalizado, mesmo em frases encaixadas, através do mesmo processo dos SNs.

Entretanto, ao reler a teoria de Tesnière sobre os relativos e aplicá-la à gramática transformacional e à teoria dos casos, percebemos que o processo era completamente diferente.

Mostrando que o apagamento da preposição diante do pronome relativo, aparentemente um fenômeno de superfície, é, na realidade, resultado de duas representações subjacentes diferentes, fomos obrigados a concluir que existem, pelo menos no que se refere a este fato, duas línguas distintas no Português: uma formal, culta, recomendada pelas gramáticas normativas, e outra coloquial, informal, de uso principalmente oral, condenada veementemente por elas.

Para as orações subordinadas substantivas que perdem a preposição quando encaixadas, a nossa hipótese é a de sua eliminação por co-ocorrência de dois tipos de preposição: a do item lexical do verbo e a conjunção, considerada preposição sentencial.

O ponto central de nossa dissertação, a topicalização, levou-nos, a partir da crítica do artigo de Pontes (1980), a concluir que há uma diferença básica entre o que chamamos tópico, quadro de referência sobre o qual será feito um comentário, separado do resto da frase por vírgulas e chamado anacoluto na gramática tradicional e SN topicalizado, simples inversão, como é chamado na gramática tradicional, de qualquer um dos elementos componentes da frase, não separado por vírgulas do resto da frase.

Apenas o SN topicalizado pode ter a sua preposição apagada na linguagem oral, já que o tópico, sendo apenas uma colocação ou limitação do assunto a ser apresentado, seria sempre repetido anaforicamente na frase, através da repetição do substantivo, de sua pronominalização ou até mesmo do apagamento do sintagma preposicionado, que passa a ter uma existência virtual.

Ao estudar o tópico e o SN topicalizado à luz da Pragmática, chegamos à conclusão de que o primeiro está inserido na categoria Quantidade dos princípios conversacionais de Grice, constituindo, assim, uma confirmação ou determinação da quantidade de informação requerida pelo locutor e / ou interlocutor, enquanto que o segundo incluir-se-ia em uma categoria que postulamos neste trabalho: Ênfase, segundo a qual um falante deve determinar, pela alteração da posição usual de um componente da sentença, pela entonação, pela expressão é que, etc, aquilo que é, para ele, topicamente relevante em seu enunciado.

Não é porque agora conhecemos as razões sintáticas e semânticas do apagamento da preposição diante do SN topicalizado ou o processo de dissociação das duas funções do pronome relativo : o de transferema e o de anaforema na linguagem coloquial oral que vamos recomendá-los. Acreditamos que, como educadores, temos a obrigação de mudar o registro de língua não só escrita de nossos alunos, mas principalmente oral, não porque esteja "errado", pois, como vimos, estão perfeitamente explicados por várias gramáticas, mas porque a língua culta, que prescreve o

uso da preposição, por seguir mais de perto as recomendações da gramática normativa, é exigida em ambientes sociais e profissionais que reúnem pessoas de nível universitário.

Ora, nossos alunos devem conhecer a regência verbal e nominal dos verbos e nomes de uso diário (reprisam esta matéria do 1º grau à universidade). Só não a empregam na linguagem oral pelo mesmo processo mental que faz com que um indivíduo que usa palavras de baixo calão (atitude considerada - condenável por determinadas faixas da sociedade e natural por outras) em casa, faça-o, inconscientemente, também em público, em hora imprópria, constrangendo os que o cercam. Ou seja, eles usam, na linguagem coloquial oral, as regras apresentadas neste trabalho para a formação de suas frases, para cuja compreensão é essencial, geralmente, o contexto verbal ou de situação. Quando, em outras ocasiões, mais formais, deveriam empregar as regras do registro culto, seja para dar maior clareza à expressão de suas idéias, seja para mostrar seu nível de escolaridade (em uma entrevista com um empregador, por exemplo), seu conhecimento é bloqueado pela tensão do momento e a linguagem usada pelo falante é, inconscientemente (até mesmo contra a sua vontade), aquela de seu dia-a-dia, comprometendo, muitas vezes, com isso, a sua imagem.

É preciso tentar diminuir o máximo possível a distância entre os dois tipos de linguagem, num processo de conscientização das diferenças entre eles e da necessidade de substituição de um por outro com o emprego de regras, já conhecidas, na linguagem oral. Isto pode ser feito, por exemplo, através de aulas de correção de língua oral, quando o aluno fala para ser corrigido pelo professor de Português.

É um trabalho que exige, para a sua implantação, muita firmeza e convicção do professor, já que os alunos reagem contra ele, mas os resultados mostram que vale a pena : em pouco tempo, além de os alunos passarem a expressar suas idéias com

mais clareza e propriedade na língua oral, comunicam-se também com mais facilidade na língua escrita.

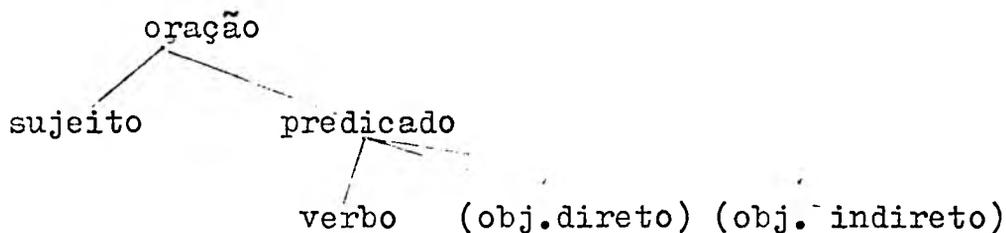
Creemos ser este o objetivo prático de qualquer pesquisa teórica em Lingüística Aplicada ao Português.

## NOTAS

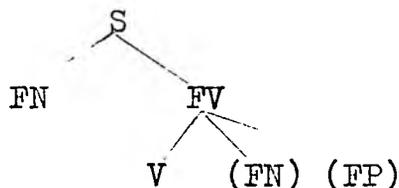
- (1) Julgamos necessário incluir estes exemplos com citações dos gramáticos em nosso estudo porque é evidente que, para se considerar que uma preposição foi apagada na língua coloquial oral, é preciso que haja uma concordância entre eles de que elas devem existir na linguagem formal. Eliminamos, portanto, de nossa pesquisa, os verbos citados (alguns deles, inclusive, para nossa surpresa). (pág.14)
- (2) Este tipo de sintagma preposicionado é posicionalmente livre na frase. Pode localizar-se no seu início, meio ou fim e é geralmente separado por vírgulas. (pág.16)
- (3) Aqui, o tempo cedo está incidindo apenas sobre o verbo ir e não sobre a sentença toda. Esta possibilidade não teria sido aventada por Chomsky ou estaria incluída no "etc"? (pág.16)
- (4) Sobre este assunto ver Meisel(1973). (pág.17)
- (5) De certa maneira, podemos afirmar que Chomsky segue a tradição greco-latina da constituição da frase mínima por dois termos: sujeito e predicado, que o lingüista traduz por FN e FV. Assim, se tivesse feito um estudo de regência verbal, não incluiria, entre os elementos regidos pelo verbo o seu sujeito, mas apenas os seus complementos, SN e SP. Ou seja, sua análise é idêntica à da gramática tradicional.

Tesnière, entretanto, que faz uma análise lingüística bem próxima da tradicional, ao chamar tanto o sujeito como os objetos do verbo actantes, iguala-os na função de complementadores de seu significado, o que nos parece bem mais aceitável. Se, à idéia de regência, ligarmos a de regente e, por conotação, a de maestro, concordaremos que é impossível a qualquer orquestra, como a qualquer frase, ter dois regentes ao mesmo tempo.

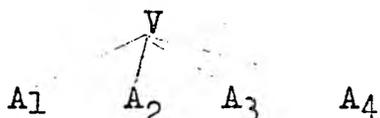
gramática tradicional



Chomsky



Tesnière (Pottier, Martinet)



(pág.17)

- (6) ILARI (1981:70): "Que papéis semânticos figuram em cada enunciado depende em última instância do verbo que escolhemos para o próprio enunciado: daí concluirmos que nossas "representações" sobre o que está na consciência do ouvinte estão condicionadas ao menos parcialmente a um aspecto bastante banal da sintaxe e da semântica dos enunciados: a escolha de seu léxico, e, em particular, do item lexical em função do verbo principal." (pág. 19)
- (7) Comparem-se os seguintes exemplos:  
"Ele morreu naturalmente"; e  
"Ele morreu, naturalmente". (pág.19)
- (8) Note-se que aqui Martinet não coloca o verbo como elemento constitutivo da frase mais importante que os demais. Estão todos no mesmo nível. (pág. 22)

70

(9) A exemplificação do conceito de enunciado mínimo de Martinet, constituído de sujeito ("um participante ativo ou passivo") e predicado ("designativo de um estado de coisas ou de um acontecimento para que se chama a atenção") leva-nos a crer que ele entende por predicado apenas o monema predicativo (verbo) que contém a noção de sujeito em sua desinência pessoal.

Afirma que qualquer elemento acrescentado a um enunciado, que não seja indispensável à função dos elementos pré-existentes (sujeito-verbo), nem modifique suas relações mútuas, será apenas uma sua expansão.

Assim, a função da expansão por subordinação poderá ser marcada por sua posição na frase (complemento direto, no português): "Come a sopa" ou por um monema funcional: "poeira da estrada". Ou seja, todos os actantes do verbo são considerados como expansões por subordinação, inclusive o sujeito. Neste sentido, a noção de expansão é incompatível com a de "tudo que não é indispensável" (1970:130).

Sabemos que apenas a função morfológica de um verbo não seria alterada com a adjunção de um complemento introduzido ou não por um monema funcional, já que sua função sintático-semântica pode ser profundamente modificada, como no exemplo:

Passei a roupa.

Passei dos 80 kms. permitidos.

Como este aspecto lingüístico não foi mais profundamente desenvolvido por Martinet, sentimos limitado seu conceito de transitividade verbal, especificamente. (pág.22)

(10) Ver a opinião de Grevisse, à página 10 desta dissertação. (pág.2)

(11) Ver página 27 desta dissertação. (pág.24)

(12) Como podemos ver, a definição dos casos é vaga e imprecisa e, desde que Fillmore abandonou a idéia de diferenciá-los por traços lexicais (+ ou - animado, por ex.), fica extremamente subjetiva. Ele apresenta poucos exemplos de cada caso e, quan-

do o faz, eles confundem mais do que esclarecem o seu conceito para o leitor. Há ainda o agravante de haver, como em todas as outras partes da língua, como estrutura que é, frases em que um mesmo SN parece preencher, ao mesmo tempo, características de mais de um caso. Como classificá-los então? (pág.30)

- (13) Como este elemento subjacente é sempre representado no português pela preposição, em vez de usar, na representação formal, o símbolo K, usaremos PREP. A preposição característica do objeto é  $\emptyset$ , sendo que a que faz parte do item lexical do verbo é, quando for o caso, inserida nele por transformação. (pág.30)
- (14) Ver a página 14 desta dissertação. (pág.33)
- (15) Ao apresentar seu quadro conceitual dividido em zonas de actância, Pottier abandona o conceito de módulo casual como o conjunto de elementos ligados e memorizados como tais na competência. (pág.39)
- (16) Dificilmente um programa de Língua Portuguesa inclui este item e, se o faz, nunca é desenvolvido "por falta de tempo". Entretanto, as figuras de um modo geral e as inversões e anacolutos em particular são usados a todo momento na língua oral, como veremos a seguir. (pág.40)
- (17) Entendido desta maneira, o tópico corresponde ao tema de Halliday (apud PERINI 1976:53):  
 " O elemento selecionado pelo falante como tema recebe a primeira posição na seqüência." (pág.41)
- (18) "O enunciado mínimo é obrigatoriamente constituído por dois termos, um dos quais - o PREDICADO - designa normalmente um estado de coisas para o qual se chama a atenção, enquanto que a outra - o SUJEITO- (que semanticamente tanto pode ser o paciente ou beneficiário da ação como o agente) designa um participante ativo ou passivo." MARTINET (1970:126)  
 (pág. 41)

- (19) "Podem-se comparar, vantajosamente, os anafóricos às Lâmpadas elétricas, que só iluminam quando o fio que as alimenta é posto em contato com a fonte de eletrecidade. Há neles, de certa maneira, uma tomada elétrica semântica. Neste sentido, pode-se dizer que os anafóricos são palavras-tomada." TESNIÈRE (1969:90) (pág.52)
- (20) Ver a pesquisa de Barbi na introdução desta dissertação. Não são mesmo duas línguas diferentes? (pág. 54)
- (21) Não podemos entender o motivo da mudança de subordinação do SN, copiado ou transportado, da FV para S. Parece-nos que, mesmo copiado para ficar imediatamente à direita de seu co-referente, continua ligado semanticamente ao verbo, como seu complementador de sentido. (pág.54)
- (22) Estabelecemos uma diferença notacional entre FN (constituente da sentença) e SN (constituente de um FN ou FV). (pág. 54)
- (23) Apenas os casos que funcionam como sujeito na estrutura superficial têm seu rótulo cancelado e passam a ligar-se diretamente à S. Os demais, mesmo topicalizados, continuam subordinados a P por constituírem unidade semântica com o verbo. Aqui entra a distinção de Meisel entre Advb (adverbiais de sentença) e Adv (adverbiais de verbo), que deveria ser mais profundamente estudada no português e, se possível, aplicada à fecunda teoria dos casos. Imagino que TEMPO, por exemplo, seria ligado à S, reescrevendo-se, então:  
 $S \rightarrow M + P + (T) + (L) + (M)$ , etc no caso dos Advb. (pág.54)
- (25) "O hábito nos torna facilmente insensíveis a esta diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem como exercício pelo indivíduo." BENVENISTE(1982:55) (pág.63)
- (24) CELSO CUNHA (1972:440) chama de elipse a eliminação da pre-



## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, J. N. (1975) "La Grammaire Casuelle" . In: Langages nº 38 . Didier-Larousse, Paris.
- ANSCOMBRE, J. C. e DUCROT, O. (1976) "L'Argumentation dans la Langue" . Didier-Larousse, Paris.
- AUSTIN, J. L. (1960) How to Do Things with Words. Oxford.  
Tradução francesa: Quand Dire c'est Faire. Seuil, 1970
- BAR-HILLEL, Y. (1982) "Expressões Indiciais" . In: Fundamentos Metodológicos da Língua IV . Org. M. Dascal (Unicamp). Traduzido do original "Indexical Expressions". Mind 63.
- BECHARA, E. (1975) Moderna Gramática Portuguesa. Editora Nacional, São Paulo.
- BENVENISTE, E. (1982) "A Natureza dos Pronomes" . In: Fundamentos Metodológicos da Língua IV . Org. M. Dascal (Unicamp) . Traduzido do original "La Nature des Pronoms". In: Problèmes de Linguistique Générale (1966). Gallimard, Paris.  
\_\_\_\_\_ (1966) Problèmes de Linguistique Générale. Gallimard, Paris.
- BLINKENBERG, A. (1960) Le Problème de la Transitivité en Français Moderne - essai syntactico-sémantique. Ejnar Munksgaard Publishers, København.
- BORBA, F. da S. (1971) Sistema de Preposições em Português. Tese de Livre Docência, F.F.L.C.H. da USP.  
\_\_\_\_\_ (1979) Teoria Sintática. T.A. Queiroz - Ed. da Universidade de São Paulo.
- CÂMARA, Mattoso Jr. (1968) Dicionário de Filologia e Gramática . J. Ozon Editora, Rio de Janeiro.

- CAMPBELL, R. e WALES, R. (1970) "O Estudo de Aquisição da Linguagem". In: Novos Horizontes em Linguística. Org. John Lyons. Tradução portuguesa da Editora Cultrix, Ltda. , São Paulo, 1976.
- CEGALLA, D. P. (1977) Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Editora Nacional, São Paulo.
- CENTOLA, R. C. A. (1972) Estudo das Ocorrências da Preposição "com". Tese de Mestrado F.F. São Bento, PUC, São Paulo.
- CHOCIAI, L. (1977) Complementos Oracionais em Português. Tese de Mestrado, UFSC.
- CHOMSKY, N. (1975) Aspectos da Teoria da Sintaxe. Tradução de Meireles e Raposo, Armênio Amando, Coimbra.
- CUNHA, C. (1972) Gramática do Português Contemporâneo. Editora Bernardo Álvares, Belo Horizonte.
- DASCAL, M. (1982) "Relevância Conversacional" In: Fundamentos Metodológicos da Linguística IV. Org. M. Dascal.
- DAVIDSON, D. (1982) "Verdade e Significado". In: Fundamentos Metodológicos da Linguística III. Org. M. Dascal , Tradução de "Truth and Meaning" In: Synthèse 17 .
- DUBOIS-CHARLIER, F. (1975) "Avant-Propos: Les premiers articles de Fillmore". Langages nº 38. Didier-Larousse, Paris.
- DUBOIS, J. (1969) Grammaire Structurale du Français: la phrase et les transformations. Librairie Larousse, Paris.
- DUCROT, O. (1972) Dire et ne pas dire - Principes de Sémantique Linguistique. Paris . Tradução da Editora Cultrix, São Paulo, 1977.
- \_\_\_\_\_ (1981) Provar e Dizer. Global Universitária, Série Linguagem, Comunicação e Sociedade.
- FÁVERO, L. L. (1974) Complementação de Predicado em Português. PUCSP, Tese de Doutorado.

- FERNANDES, F. (1972) Dicionário de Verbos e Regimes. Editora Globo, Porto Alegre.
- FILLMORE, C. J. (1965) "Indirect object constructions in English and ordering of transformations". Mouton, The Hague.
- \_\_\_\_\_ (1966) A Proposal Concerning English Prepositions. Monograph Series on Languages and Linguistics, 17th Annual Round Table, Washington.
- \_\_\_\_\_ (1966) "Towards a Modern Theory of Case". In: Reibel, D. A. e Shane, S. A. eds. Modern Studies in English-Reading in Transformational Grammar, Prentice Hall, Inc, Englewood Cliffs, N.J.
- \_\_\_\_\_ (1968) "Em favor do caso". In: A Semântica na Linguística Moderna. O Léxico. Tradução de "The case for case" In: Bach, E. e Harms, R. T. (org.s) In: Universals in Linguistic Theory, Holt, Rinehart and Winston, N.Y.
- \_\_\_\_\_ (1971) "Quelques problèmes posés à la Grammaire Casuelle" In: Langages nº 38. Didier-Larousse, Paris.
- \_\_\_\_\_ (1977) "The Case for Case Reopened" In: Syntax and Semantics: Gramatical Relations vol. 8. Academic Press, Inc. N.Y.
- GALMICHE, M. (1979) Semântica Gerativa. Editorial Presença Ltda, Lisboa. Tradução de Sémantique Générative. Librairie Larousse, Paris, 1975.
- GHILARDI, M. I. (1981) Topicalização no Português. Tese de Mestrado, PUCC.
- Gordon, D. e Lakoff, G. (1971) "Los Postulados Conversatorios" In: Semántica y Sintaxis Transformatoria vol. 2 Alianza Universidad, Madrid. Tradução de "Conversational Postulates" In: Papers from the Seventh Regional Meeting, Chicago Linguistic Society.

- GRICE, H. P. (1982) "Lógica e Conversação" In: Fundamentos Metodológicos da Linguística IV. Org. M. Dascal . Tradução de "Logic and Conversation", William James Lectures, 1967.
- ILARI, R. (1981) "A Articulação Tópico-Comentário - um Problema de Semântica ou de Representações Mentais ? " In: Série Estudos nº 7. C.C.H.L. Faculdades Integradas de Uberaba, M.G.
- JESPERSEN, O. (1968) La Filosofía de la Gramática. Editorial Anagrama, Barcelona.
- KATO, M.A. (1976) "Transitividade Verbal e Decomposição Lexical" In: Revista Brasileira de Linguística vol.3, nº 1.
- LESSA, L. C. (1966) O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- LIMA, M. C. P. B. (1982) "A Gramática dos Casos e o "Dativo"" In: Alfa - Revista de Linguística. Publicação UNESP nº 26.
- LUFT, C. P. (1976) Gramática Resumida. Editora Globo, Porto Alegre.
- MAC A'NUITY, J. (1973) "La Dérivation de Quelques Prépositions du Français" In: Problèmes de Sémantique. Les Presses de l'Université du Québec, Québec.
- MARTINET, A. (1970) Elementos de Linguística Geral. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.
- \_\_\_\_\_ (1965) La Linguistique Synchronique - Études et Recherches. Presses Universitaires de France, Paris.
- MEISEL, J. M. (1973) "Prepositions in Object and Adverbial Constructions" In: Lingua nº 31. North Holland Publishing Co.
- MONTEIRO, D. C. (1982) "Algumas Considerações sobre o Caso Instrumental" In: Alfa - Revista de Linguística . Publicação UNESP nº 26

- MEKLER, I. (1979) Significado Implicado e Significado Con-  
vencional - A Evidência dos Enunciados Causais com E.  
Tese de Mestrado. PUCC.
- NIÉGER, M. (1973) "La Notion de Cas dans la Théorie de Fill-  
more" In: Problèmes de Sémantique. Les Presses de l'  
Université du Québec, Québec.
- OITICICA, j. (1955) Manual de Análise. Francisco Alves. Rio  
de Janeiro.
- PEREIRA, F. C. (1977) Em Torno dos Verbos de Mudança de Es-  
do. Tese de Mestrado. UFSC.
- PEREIRA OLIVEIRA, M. M. L. (1978) Transitividade Verbal :  
Contribuição para uma Análise Casual. Tese de Mestra-  
do. UFSC.
- PERINI, M. A. (1976) "Um Aspecto da Interpretação do Tópico  
em Português" In: Série Estudos nº 7. CCHL Faculdades  
Integradas de Uberaba, M. G.
- PONTES, E. (1973) Estrutura do Verbo no Português Coloquial.  
Editora Vozes, Petrópolis.
- \_\_\_\_\_ (1980) "Da Importância do Tópico em Português" In:  
Anais do V Encontro Nacional de Linguística. PUCRJ.
- POTTIER, B. (1962) "Systématique des Éléments de Relation" In:  
Étude de Morphosyntaxe Structurale Romane. Librairie  
klincksieck, Paris.
- \_\_\_\_\_ (1968) "Sobre la Natureza del Caso y de la Prepo-  
sition" In: Linguística Moderna e Filologia Hispánica.  
Editorial Gredos, S. A., Madrid.
- \_\_\_\_\_ (1968) "Espacio y Tiempo en el Sistema de las Pre-  
posiciones" In: Linguística Moderna y Filologia Hispá-  
nica. Editorial Gredos S. A., Madrid.
- \_\_\_\_\_ (1970) Gramática del Español. Ediciones Alcalá, S.  
A., Madrid.
- \_\_\_\_\_ (1978) Linguística Geral : Teoria e Descrição. Pre-  
sença. Universidade Santa Úrsula. Coleção Linguagem  
nº 7. Rio de Janeiro.

- POTTIER, B., AUDUBERT, A e PAIS, C. T. (1973) Estruturas Linguísticas do Português. Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- RIVERO, M. L. (1980) "On Left-Dislocation and Topicalization in Spanish" In: Linguistic Inquiry, vol. 2, nº 2.
- ROCHA LIMA, C. H. (1976) Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro.
- SANTOS, L. H. A. (1981) Modelos de Relativização na Redação Escolar. Tese de Mestrado. PUCC.
- SEARLE, J. R. (1973) Les Acts de Langage. Tradução de Speech Acts, Cambridge, 1969.
- SOAMES, S. e PERLMUTTER, D. M. (1979) Syntactic Argumentation and the Structure of English. University of California Press.
- STALNAKER, R. C. (1982) "Pragmática" In: Fundamentos Metodológicos da Linguística IV. Org. M. Dascal (UNICAMP). Tradução de "Pragmatics" In: Semantics of Natural Languages. D. Davison e G. Harman (ed.s), 1972.
- STAROSTA, S. (1975) "Les Visages Du Cas" In: Langages nº38. Didier-Larousse, Paris. Tradução de "The Faces of Case", 1973.
- STRAWSON, P. F. (1982) "Significado e Verdade" In: Fundamentos Metodológicos da Linguística III. Org. M. Dascal (UNICAMP). Tradução de "Meaning and Truth". Oxford University Press, 1970.
- STOCKWELL, R. (1977) Foundations of Syntactic Theory. Prentice-Hall Foundations of Modern Linguistics Series, N. J.
- STOCKWELL, R. P., SCHACHTER, P. e PARTEE, B. H. (1973) The Major Syntactic Structures of English. Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- TESNIÈRE, L. (1953) Esquisse d'une Syntaxe Structurale. Librairie Klincksieck, Paris.

- TESNIÈRE, L. (1969) Éléments de Syntaxe Structurale. 2<sup>o</sup> ed.  
Librairie Klincksieck, Paris.
- VALIN, R. (1971) Leçons de Linguistique de Gustave Guillaume-1948-1949. Série C. Librairie Klincksieck, Paris.
- VILLAÇA KOCH, I. G. (1977) Os Sintagmas Preposicionados como Modificadores Nominais. Tese de Mestrado. PUCSP.
- VOGT, C. (1977) O Intervalo Semântico (Contribuição para uma Semântica Argumentativa). Ática, Ensaios 26, São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1980) Linguagem, Pragmática e Ideologia. HUCITEC-Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP. Coleção Linguagem. Campinas, São Paulo.
- ZAVALA, V. S. (1976) Semântica y Sintaxis en la Lingüística Transformatoria vol.2. Introdução à parte sexta : "La Pragmática". Alianza Universidad, Madrid.

## A B S T R A C T

This dissertation aims at analyzing a fact observed in colloquial Portuguese oral language: the erasing of prepositions before topicalized nominal syntagms and before embedded sentences, according to the points of view of some syntactic-semantic linguistic theories ( Traditionalist, Structuralist, Generative-transformationalist, and Pragmatist ones, proposing alternative hypotheses for the explanation of the phenomenon.